



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 112 – TERÇA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI		3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL <i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i>		PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95) <i>Aguardando indicações pelas lideranças</i>
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL) Líder Tião Viana PT-AC Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB) Líder Efraim Moraes PFL-PB Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Aloizio Mercadante PT-SP	Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella LIDERANÇA DO PMDB - 22 Líder Renan Calheiros PMDB-AL Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá LIDERANÇA DO PFL -18 Líder José Agripino PFL-RN Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges	Rodolpho Tourinho José Jorge LIDERANÇA DO PSDB – 10 Líder Arthur Virgílio PSDB-AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan LIDERANÇA DO PDT - 5 Líder Jefferson Péres PDT-AM Vice-Líderes Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO Vice Líder Patrícia Saboya Gomes
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE JULHO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 153, de 2003 (nº 346/2003, na origem), de 23 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. João Carlos de Souza-Gomes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana de Venezuela. 20475

1.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2003 (nº 2.226/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002. 20488

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2003, lido anteriormente, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição. 20496

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 508, 511 a 513, 613, 614, 643, 658, 682, de 2002; 25, 67, 87, 90 a 93, 102, 116, 185, 229, 230 e 258, de 2003, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. 20496

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003 (nº 7.261/2002, na Casa de origem), que dispõe sobre a intimação

dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal. 20498

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 186, de 2001, e 62, de 2002, tramitando em conjunto, apreciados terminativamente pela Comissão de Educação. O Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2001, aprovado, vai à Câmara dos Deputados; e o de nº 62, de 2002, rejeitado, vai ao Arquivo. 20498

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 618, de 2003, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Deputada Francisca Trindade, bem como da suspensão da presente sessão. 20498

Nº 619, de 2003, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Deputada Francisca Trindade, bem como da suspensão da presente sessão. 20498

Nº 620, de 2003, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Paulo Paim, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Deputada Francisca Trindade, bem como da suspensão da presente sessão. 20498

1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem pelos 50 anos do Hospital do Câncer em São Paulo. 20500

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Análise do aumento do desemprego no País, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 20503

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Proferido pelo Senador Aloizio Mercadante, na sessão do dia 16 do corrente. 20506

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.399 a 4.415, de 2003. 20510

SENADO FEDERAL

4 - COMPOSIÇÃO DO SENADO
FEDERAL - 52ª LEGISLATURA

5 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES

6 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

7 - CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 - PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 - CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 - CONSELHO DA ORDEM DO
CONGRESSO NACIONAL

11 - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL

12 - COMISSÃO PARLAMENTAR
CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação
Brasileira)

13 - COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 - COMISSÃO REPRESENTATIVA DO
CONGRESSO NACIONAL

Ata da 19ª Sessão Não Deliberativa em 28 de julho de 2003

1º Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEN Nº 153, DE 2003

(Nº 346/03, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57 do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor João Carlos de Souza-Gomes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana de Venezuela.

Os méritos do Embaixador João Carlos de Souza-Gomes, que me induziram a escolhê-lo para o de-

sempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de julho de 2003. – **Luís Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 234/DP/ARC/G – MRE/APES

Brasília, 17 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor João Carlos de Souza-Gomes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana de Venezuela.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum vitae** do Embaixador João Carlos de Souza-Gomes, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimarães Neto.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM-VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES

Nascido em Madri/Espanha (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II da Constituição de 1946), 16 de novembro de 1948. Filho de Jayme de Souza-Gomes e Maria Conceição Aranha de Souza-Gomes. Bacharel em Direito, UEG. "Lower and Proficiency Certificates in English", Universidade de Cambridge. CPCD, IRBr. Seminário de "Integração Econômica e Comércio Exterior da América Latina", do Instituto dos Advogados Brasileiros e INTAL. Curso sobre "Comércio Exterior", do Instituto de Advogados Brasileiros.

CPF: 230.005.547-34

C.I: 5339 MRE

Terceiro Secretário, 21 de novembro de 1974.

Segundo Secretário, merecimento, 12 de junho de 1978.

Primeiro Secretário, merecimento, 26 de junho de 1980.

Conselheiro, merecimento, 1 de julho de 1986.

Ministro de Segunda Classe, 18 de junho de 1991.

Ministro de Primeira Classe, 1997

Chefe, interino, da Divisão das Nações Unidas, 1975.

Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1975/77.

Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1976.

Chefe do Gabinete do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1976.

Assistente do Secretário de Assuntos Legislativos, 1977/79.

Chefe, substituto, da Secretaria de Assuntos Legislativos, 1978.

Coordenador de Assuntos Administrativos Culturais e de Comunicações e da Secretaria Geral, 1979/85.

Encarregado dos Assuntos Políticos da Área Americana na Secretaria-Geral, 1979/85.

Encarregado dos Assuntos Administrativos na Secretaria-Geral, 1979/85.

Chefe, substituto, da Coordenadoria de Projetos Especiais, 1980/83.

Assessor do Chefe do Departamento de Comunicação e Documentação, 1985.

Chefe do Gabinete do Chefe do Departamento de Comunicação e Documentação, 1985.

Chefe da Divisão de Arquivo e Documentação, 1985.

Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso, 2000/03.

Paris, UNESCO, Primeiro Secretário, 1985/89.

Paris, UNESCO, Encarregado de Negócios, 1985/89.

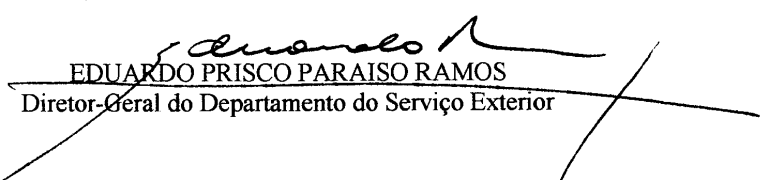
Praia, Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1983.
São Francisco, Cônsul, 1989/91.
Montevideú, Cônsul-Geral, 1991/93.
Nova York, Chefe do Escritório Financeiro, 1993/96.
Costa Rica, Embaixador, 1997/00.

À disposição da Missão do Comitê Especial da ONU, "Apartheid", em visita ao Brasil, 1975.
Conselho Nacional de Entorpecentes (CONFEM), (Assessor do Representante), Rio de Janeiro, 1976.
Comissão Brasileira de Atividades Especiais (COBAE), (Assessor do Representante), Brasília, 1976.
Comissão Interministerial para Recursos do Mar, Brasília, 1976 (Assessor do Representante).
Conselho Consultivo do Meio-Ambiente, Brasília, 1976 (Assessor do Representante).
XV Sessão do Subcomitê Jurídico do Comitê sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, ONU, Genebra, 1976 (Assessor).
Reunião de Peritos Governamentais sobre o Sistema de Monitoramento Ambiental Global (GEMS), Genebra, 1977 (delegado).
V Sessão do Conselho de Administração do UNEP, Nairóbi, 1977 (delegado).
V Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasil-Chile, Santiago, 1979 (membro).
IX Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da O.E.A., La Paz, 1979 (Delegado).
XXX,XXXII e XXXV Assembléias Gerais da ONU, Nova York, (Assessor).
Assessor para o vestibular ao IRBr, Brasília, 1980 e 1981.
Missão Especial às Comemorações do 1º Ano de Revolução, Paramaribo, 1981.
I Curso de Aperfeiçoamento Diplomático, Paramaribo, 1981 (membro).
Examinador do vestibular ao IRBr, Brasília, 1982.
Visita oficial do Ministro de Estado ao Suriname, 1982 (membro).
Reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, Praia, 1982 (membro).
Missão Especial à Guatemala.
Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru, Lima, 1983 (membro).
Convidado Especial para pronunciar conferência relativa à estrutura e funcionamento do Ministério das Relações Exteriores, Bogotá, 1983.
II Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Praia, 1983 (diretor).
Visita oficial do Presidente João Figueiredo a Cabo Verde, 1983 (membro).
XV Sessão da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), 1983.
À disposição da Delegação da Nicarágua, Brasília, 1984.
Comitê de Peritos Governamentais sobre contratos de Edição de obras Literárias, Paris, 1985 (observador).
VI Assembléia Geral do Sistema Internacional de Publicações em Série (ISDS) e XVII Reunião do Conselho de direção do Centro Internacional do ISDS, Paris, 1986 (delegado).
Comitê de Peritos Governamentais encarregados de examinarem os Problemas de Autor e Direitos Conexos relativos às Obras audiovisuais e Fonogramas, Paris, 1986 (assessor).
I Sessão do Comitê do PHI sobre Educação e Formação, Paris, 1986 (delegado).
COI, VI Sessão, Comitê de Trabalho para o Estudo Mundial da Poluição do Meio Marinho

(GIPME), Paris, 1986 (delegado).
VI Sessão, Conselho Intergovernamental do PGI, Paris, 1986 (delegado).
Comitê de Peritos Governamentais sobre Obras de Artes visuais, Paris, 1986 (delegado).
VIII Reunião do Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC), Paris, 1987 (observador).
XVIII Reunião do Conselho de Administração e do Bureau do Sistema Internacional de Publicações em Série ISDS), Paris, 1987 (observador).
Comitê de Peritos Governamentais sobre Obras Dramáticas, Coreográficas e Musicais, Paris, 1987 (delegado).
24a. Sessão da Conferência Geral, Paris, 1987 (delegado).
VI Assembléia Geral dos Estados partes à Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, Paris, 1987 (delegado).
XI Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, Paris, 1987 (delegado).
Comitê de Peritos Governamentais sobre Obras Fotográficas, Paris, 1988 (delegado).
VII e VIII Sessões do Conselho Intergovernamental do Programa Hidrológico Internacional (PHI), Paris, 1985 e 1988 (delegado).
VII a X Congressos da União Latina, Paris, 1985/88 (delegado).
Comitê Especial de Peritos Governamentais encarregado de estabelecer Projeto de Recomendação aos Estados Membros sobre Salvaguarda do Folclore, Paris, 1989 (delegado).
Congresso Internacional de Informática, Paris, 1989.
Acompanhamento do Representante Especial do Presidente da República em Missão Especial para participar das cerimônias de posse do no Governo da República da Nicarágua, Manágua, 2002.
Acompanhamento do Representante Especial do Presidente da República em Missão Especial para participar das cerimônias de posse do no Governo da República da Honduras, Tegucigalpa, 2002.
Missão oficial a Praga e Paris, acompanhando o Presidente do Senado Federal.
Missão oficial a Espanha e ao Vaticano, acompanhando os Presidentes do Senado e Câmara dos Deputados, 2002.
Visita oficial a Buenos Aires, acompanhando o Presidente do Senado e participação na Reunião do Mercosul, 2002.
Seminário Internacional sobre "O Futuro do Tratado de Cooperação Amazônica, Manaus, 2002.
Visita oficial a Buenos Aires, acompanhando o Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e participação na Reunião do Parlatino, 2002.
Missão oficial a Johannesburgo, África do Sul, acompanhando os Presidentes do Senado e Câmara dos Deputados, e participação na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, 2002.

Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil.
Ordem do Rio Branco, Oficial, Brasil.
Ordem do Mérito Militar, Cavaleiro, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Cavaleiro, Brasil.
Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.
Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.
Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.
Ordem da Águia Asteca, Insígnia, México.
Ordem de Palma, Cavaleiro, Suriname.


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL: República Bolivariana de Venezuela

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: República presidencialista com Legislativo unicameral

CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO: Presidente Hugo Rafael Chávez Frías
(eleito em julho de 2000 para mandato de seis anos)

CAPITAL FEDERAL: Caracas

IDIOMA OFICIAL: castelhano

DATA NACIONAL: 5 de julho, data da Declaração da Independência (1811)

SUPERFÍCIE CONTINENTAL: 916.445 km², correspondentes a 5,1% da América do Sul

LIMITES: Mar do Caribe (N), Brasil (S SE), Colômbia (SO), Guiana (L) e Oceano Atlântico (NE)

EXTENSÃO DE FRONTEIRA COM O BRASIL: 2.200 Km

PONTO CULMINANTE: Pico Bolívar, com 5.007 m

POPULAÇÃO em setembro de 2001: 24.641.912 habitantes

DENSIDADE DEMOGRÁFICA: 27,4 hab/km²

CRESCIMENTO POPULACIONAL: 1,56% ao ano

POPULAÇÃO URBANA: 86,9% do total da população estaria concentrado nos centros urbanos

PRINCIPAIS CIDADES : Caracas: 3.620.633 hab., Maracaibo: 1.852.568 hab.

TAXA DE NATALIDADE: 20,65 nascimentos por 1.000 habitantes

TAXA DE MORTALIDADE por 1.000 habitantes: 4,94

TAXA DE ANALFABETISMO (10 anos de idade ou mais): 6,21%

INDICADORES ECONÔMICOS

PRODUTO INTERNO BRUTO, estimativa, ano 2002: US\$ 92,1 bilhões

CRESCIMENTO REAL DO PIB em 2002: - 8,9%

PIB "PER CAPITA" (2002): US\$ 3.790

MOEDA: bolívar (1 US\$ = 1.600,00 Bs, cotação do dólar/venda desde 22/01/03)

COMÉRCIO EXTERIOR NO ANO 2002 (janeiro-setembro):

EXPORTAÇÕES (FOB): US\$ 21,231 bilhões

IMPORTAÇÕES (FOB): US\$ 12,698 bilhões

SALDO na balança comercial: US\$ 8,533 bilhões (superávit)

PAUTA DE EXPORTAÇÃO: petróleo e derivados, bauxita e alumínio, ferro e aço, produtos químicos, máquinas e equipamentos de transporte, café, cacau.

PAUTA DE IMPORTAÇÃO: máquinas e equipamentos de transporte, produtos químicos, gêneros alimentícios, ferro e aço, metais e suas manufaturas, instrumentos científicos, têxteis, papel e manufaturas, vestuário.

INTERCÂMBIO COMERCIAL ENTRE O BRASIL E A VENEZUELA no ano 2002 (janeiro-dezembro): US\$ 1.423.310.765 (- 22,61% em relação ao ano 2001)

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS para a Venezuela: US\$ 796.568.102 (- 27,07% em relação ao ano 2001)

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS procedentes da Venezuela: US\$ 626.742.663 (- 16,10% em relação ao ano 2001)

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL BRASIL-VENEZUELA: + US\$ 169.825.439

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS COMERCIAIS no biênio 2002-2001: - 50,8%

POSIÇÃO DA VENEZUELA NO RANKING DE PAÍSES IMPORTADORES DO BRASIL: 16º lugar

POSIÇÃO DO BRASIL NO "RANKING" DE PAÍSES IMPORTADORES DA VENEZUELA: 6º lugar

POLÍTICA INTERNA

Transcorrido mais de um ano da fracassada tentativa de golpe de Estado de abril de 2002, o cenário interno venezuelano continua polarizado em torno da possível saída eleitoral para o impasse político, que tem convergido para a realização de referendo revogatório a partir de 19 de agosto próximo.

A frustração da greve geral, sustentada por mais de dois meses, a partir de dezembro de 2002, com o fim de forçar a renúncia do Presidente Chávez ou a antecipação das eleições, estabeleceu importante vantagem para o Governo, refletida na pouca disposição para fazer concessões à oposição. A aceitação do referendo por parte dos representantes da Coordenadora Democrática demonstra, por sua vez, recuo em relação aos objetivos maximalistas pretendidos com a greve. Tal estratégia consumiu consideravelmente o capital de mobilização dos opositores de Chávez, que se vêem na contingência de acatar prazo e mecanismo para o referendo, já previstos na Constituição e oferecidos pelo Governo desde o início.

De fato, no período final da greve, estava contemplada nas negociações a proposta alternativa de emenda constitucional para a antecipação das eleições, apresentada pela oposição, a qual pouco diferia da sugestão feita anteriormente pelo ex-Presidente Carter. Ao anunciar os termos da proposta, o coordenador da oposição na Mesa de Negociação e Acordos, Timoteo Zambrano, já declarava que o grupo aceitaria como base de discussão com o Governo qualquer uma das duas opções apresentadas por Carter, o que incluía o referendo revogatório com data pré-fixada em 19 de agosto.

A posição do Governo, na Mesa de Negociação, sempre favoreceu a via do referendo revogatório. Invocando, contudo, o texto constitucional, que menciona a possibilidade da consulta a partir da metade do mandato eletivo, mantém firmemente sua realização em data posterior a 19 de agosto, não contemplando a hipótese correspondente apresentada pelo ex-Presidente Carter.

Permanecem, ainda, divergências sobre dois aspectos fundamentais envolvidos no referendo: a data para coleta de assinaturas pedindo a sua convocação (antes ou depois de 19 de agosto) e a possibilidade de Chávez candidatar-se nas eleições subseqüentes a eventual revogação de seu mandato. O Governo tem insistido que caberá ao novo Conselho

Nacional Eleitoral (CNE), cujo processo de escolha se está dando no âmbito da Assembléia Nacional, definir o calendário da consulta e as providências para sua preparação. Quanto a uma nova candidatura de Chávez, os porta-vozes oficiais negam haver dificuldade, já que a Constituição veda apenas a parlamentares derrotados em referendo revogatório a prerrogativa de tentar obter outro mandato. A omissão no que se refere ao Presidente da República autorizaria, segundo eles, sua participação em eventual eleição.

No dia 11 de abril de 2003, Governo e oposição chegaram a um pré-acordo na Mesa de Negociação, que significou uma vitória das posições defendidas pela delegação governista. A oposição deixou de insistir em um entendimento a curto prazo, e no âmbito da Mesa, sobre as questões mais polêmicas acima mencionadas. Conforme sustentava o Governo, ficou consignado no texto que tais pontos deverão ser dirimidos pelo CNE, quando este vier a ser eleito e iniciar suas funções, ou ainda pelo Tribunal Supremo de Justiça (TSJ).

O acordo político, finalmente assinado em 29 de maio, incorporou pontos adicionais defendidos pelo Governo, como (i) o encerramento dos trabalhos da Mesa de Negociação e Acordos; (ii) referência a referendos revogatórios em todos os níveis, retirando-se a citação explícita do cargo de Presidente da República; e (iii) remessa da discussão sobre o novo CNE à apreciação exclusiva da Assembléia Nacional, sem abrir espaço para a transferência do assunto ao TSJ, como desejavam setores da oposição. As principais reivindicações oposicionistas contempladas no acordo são as menções à Carta Democrática Interamericana e à Convenção Interamericana de Direitos Humanos – úteis no caso do agravamento da situação política do país.

O cenário venezuelano, embora contando com o marco de consenso representado pelo acordo, continua conflitivo e polarizado. Tanto o Presidente Chávez quanto o Vice-Presidente Rangel têm reiteradamente declarado que cabe à oposição cumprir os requisitos legais para a convocação de um referendo revogatório, reunindo 2,7 milhões de assinaturas ou 20% do eleitorado. O Governo vê com ceticismo as possibilidades de uma oposição fragmentada e enfraquecida mobilizar o referido contingente para ameaçar a continuidade do mandato presidencial. Persiste, ademais, o impasse sobre a escolha dos membros do CNE no Parlamento, condição *sine qua non* para os preparativos de qualquer processo eleitoral.

GRUPO DE PAÍSES AMIGOS

Por ocasião da posse do novo Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez, em 15 de janeiro de 2003, reuniram-se em Quito os Presidentes do Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia e Peru com o Secretário-Geral da OEA, César Gaviria, para tratar da crise venezuelana e impulsionar a criação do Grupo de Amigos. Após o encontro presidencial foi anunciada pelo Chanceler do Brasil e pelo SGOEA a conformação do referido Grupo, integrado por Brasil, EUA, México, Chile, Espanha e Portugal.

O Grupo de Países Amigos teve papel de relevo no marco da crise política venezuelana, havendo dado passos concretos para a consecução dos objetivos enunciados pelo Ministro Celso Amorim ao final da Reunião de Chanceleres realizada na sede da OEA, em 24 de janeiro passado, quais sejam: esclarecimento sobre possíveis soluções políticas para o impasse; incentivo à adoção de medidas de fortalecimento da confiança (redução da retórica confrontacionista, declarações contrárias à violência); reafirmação dos termos da Resolução 833/CP sobre liberdade de expressão e chamamento aos meios de comunicação por moderação; e busca de medidas para normalização das atividades e serviços no país, especialmente escolas e abastecimento, no contexto da greve geral que ainda persistia na ocasião.

O Subsecretário-Geral de Política Bilateral, na condição de representante do país coordenador do Grupo de Amigos, integrou missão no nível de Vice-Chanceleres a Caracas em 31 de janeiro. A agenda incluiu encontros com o Secretário-Geral Gaviria, com o Presidente Chávez e com representantes da oposição na Mesa de Negociação e Acordos. Encerrados os encontros, foi lido comunicado de imprensa, no qual foi reiterada a disposição do Grupo de contribuir para que se respeitem os acordos a que cheguem as partes.

Em meados de fevereiro, acontecimentos contraditórios no quadro político cobraram a atenção do Grupo de Amigos. Por um lado, Governo e oposição assinaram a Declaração contra a Violência e pela Paz e a Democracia na Venezuela, na Mesa de Negociação e Acordos. Em contraposição houve, poucos dias depois, ordem judicial de prisão contra o Presidente da Fedecámaras, Carlos Fernández, por crimes como traição à

pátria e rebelião, de que também foi acusado o Presidente da Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), Carlos Ortega, posteriormente asilado na Costa Rica.

A prisão de Fernández provocou críticas dos EUA e levou o SG Gaviria a divulgar nota à imprensa em que, ao mesmo tempo em que reconhecia a independência dos poderes, pedia imparcialidade nas decisões judiciais sobre o caso. O Presidente Chávez, por sua vez, tratando da prisão em programa de televisão, acusou os EUA e a Espanha de intervirem na soberania venezuelana e de estarem equivocados, como no golpe de abril de 2002, ao defenderem os que tentaram derrubá-lo do poder. Chávez também criticou a linha de atuação de Gaviria.

Preocuparam particularmente os atentados a bomba contra uma repartição vinculada à Embaixada da Espanha e contra o Consulado-Geral da Colômbia em Caracas. Energicamente condenados pelo Governo e pela oposição, tais atos elevaram o nível de tensão e os temores de que a retórica inflamada de ambos os lados redundasse em maior violência.

O Grupo de Amigos emitiu comunicado em que, após aplaudir a assinatura da Declaração contra a Violência e repudiar os atentados, declara preocupação com “a ocorrência de quaisquer fatos ou atitudes que possam ter influência negativa no processo de criação de confiança entre o Governo venezuelano e a oposição e reitera chamamento para que moderem a retórica e evitem recriminações mútuas. O Grupo continuará trabalhando para encorajar o Governo da Venezuela e a oposição a persistirem no caminho do entendimento, a fim de assegurar uma solução pacífica, democrática, constitucional e eleitoral.”

O Brasil convocou reunião do Grupo de Amigos, no nível de Vice-Chanceleres ou Altos Funcionários, no dia 10 de março, em Brasília, ocasião em que se procedeu a uma troca de avaliações sobre a situação política venezuelana e sobre o prosseguimento do trabalho do Grupo. Foram recebidos, separadamente, representantes do Governo (Jorge Valero, Embaixador da Venezuela junto à OEA) e da oposição (Timoteo Zambrano e Rafael Alfonzo, participantes da Mesa de Negociação e Acordos), os quais apresentaram as respectivas posições sobre o cenário político e econômico do país. Cada lado procurou retratar quadro favorável às próprias pretensões, insistindo o Governo em que a volta à normalidade já estaria avançada e assinalando a oposição que a crise permanece severa.

Zambrano declarou, no entanto, que favorece uma solução acordada, que julga preferível a qualquer iniciativa unilateral. A esse respeito, afirmou que a oposição já dispõe de assinaturas em número suficiente para levar adiante uma reforma constitucional ou outra solução eleitoral.

Esteve também com o Grupo de Amigos uma delegação da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), integrada inclusive pela direção da CUT e da CGT. O porta-voz do grupo informou que a sua entidade vinha solidarizar-se com o processo de busca de uma solução para a crise venezuelana. Acrescentou que no dia seguinte partiria para Caracas a fim de gestionar junto ao Governo a favor dos funcionários demitidos da PDVSA e para que fosse revogada a ordem de prisão contra o Presidente da CTV.

O Vice-Presidente José Vicente Rangel, coordenador da delegação governamental à Mesa de Negociação e Acordos, fez visita de trabalho a Brasília no dia 18 de março, onde manteve encontros com o Presidente da República, o Vice-Presidente da República e o Ministro Celso Amorim. As autoridades brasileiras estimularam na ocasião o Governo venezuelano a fomentar a criação de confiança com a oposição, por meio da garantia de um processo eleitoral com etapas claras, seguras e sem obstrução de prazos. O Vice-Presidente disse que a Venezuela aceita a presença de observadores eleitorais desde a preparação para a consulta popular que for acordada.

O Brasil propôs a realização de nova missão do Grupo a Caracas, em nível de Vice-Ministros ou Altos Funcionários, nos dias 8 e 9 de maio. Os enviados do Grupo de Amigos ouviram a avaliação dos representantes do Governo (tendo à frente o Vice-Presidente Rangel), da Coordenadora Democrática e do SG Gaviria sobre os passos finais para a obtenção do acordo. A celebração deste, em 29 de maio, tende a marcar nova etapa no cenário venezuelano, na qual o Governo favorece o papel da Assembléia Nacional como foro para o diálogo interno. Em minoria parlamentar, a oposição defende, por sua vez, a manutenção de algum mecanismo de acompanhamento internacional e alerta para a gravidade da situação econômico-social do país e a possibilidade de irrupção de novos episódios de violência no futuro.

RELACIONAMENTO BILATERAL BRASIL-VENEZUELA

Desde a assinatura do “Protocolo de la Guzmania”, em 1994, o Brasil construiu com o país vizinho uma agenda ampla e diversificada. Nela sobressaem os esforços de integração física e energética - um dos objetivos centrais consignados nas Reuniões de Presidentes da América do Sul (2000 e 2002). Foi inaugurada, em 2001, a linha de transmissão elétrica do complexo Guri-Macáguas II ao Estado de Roraima. Também merecem relevo as iniciativas de desenvolvimento fronteiriço, cooperação técnica, proteção do meio ambiente e os empreendimentos econômico-comerciais. A Venezuela tornou-se um dos principais fornecedores de petróleo para o Brasil. Empresas brasileiras, por sua vez, têm-se envolvido em operações de grande magnitude, como a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Orinoco, a extensão dos metrô de Caracas e Los Teques e a exportação de máquinas agrícolas e equipamentos eletrônicos.

As incertezas que pairam, no momento, sobre a situação interna da Venezuela têm, naturalmente, impacto negativo sobre as iniciativas externas. Contudo, desde já, e sobretudo à medida que se normaliza aquela situação, aparecem novas oportunidades, tendo em vista o potencial da economia venezuelana e o interesse que partilha com o Brasil na aproximação entre os pólos andino e do Mercosul.

Em recentes pronunciamentos públicos, o Presidente Chávez tem dedicado especial importância ao Brasil, reiterando o que pode ser classificado como “opção preferencial” de sua administração pelo nosso País. Aproveitou solenidade no Estado Apure, em 3 de abril, para elogiar a trajetória do Presidente Lula, “um trabalhador que esteve na prisão”, citando-o como exemplo de patriota a ser imitado. Evocou particularmente Getúlio Vargas, tomando o seguinte trecho da carta-testamento como inspiração para as lideranças políticas venezuelanas: “Esse povo de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém”.

O Presidente venezuelano rememorou Bolívar, como de costume, para afirmar haver chegado o momento de recriar um eixo sul-americano de desenvolvimento, não mais um eixo andino, como à época do Libertador; senão, agora, um eixo Caracas-Brasília, unindo a Venezuela ao “gigante do Sul”. Sintetizou sua confiança na unidade sul-americana ao definir a posição venezuelana: “Não somos europeus, nem americanos, somos uma nova raça; e nosso destino não está no Norte, nosso destino está no Sul”.

Em fins de fevereiro, por ocasião da instalação do II Fórum Nacional de Formulação de Políticas Estratégicas para a ALCA, Chávez ressaltou a liderança que caberia ao Brasil. Enfatizou que os países sul-americanos devem acelerar o seu próprio processo de integração, antes de negociar a ALCA. O Presidente venezuelano recordou, ao fim do discurso, entrevista mantida, na manhã de 2 de janeiro, com o Presidente Lula, ocasião em que lhe mencionou as palavras ditas por Bolívar ao primeiro Embaixador brasileiro na Grã-Colômbia: “O Brasil é a maior das garantias que nos enviou a Providência para a continuidade de nossas nascentes repúblicas”.

Realizada em 25 de abril de 2003, no Recife, a visita de trabalho do Presidente Chávez, acompanhado de Ministros de Estado e do Presidente da PDVSA, contribuiu para acrescentar à intensa agenda Brasil-Venezuela elementos concretos de cooperação e intercâmbio comercial e financeiro. Pelo lado brasileiro estiveram presentes os Ministros das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fazenda, Integração Nacional, Transportes, Saúde, Ministro-Chefe da Casa Civil, Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, além dos Presidentes da Petrobras e do BNDES. A comitiva venezuelana incluiu o Chanceler e os Ministros de Agricultura e Terras, Economia e Desenvolvimento Social, das Zonas Econômicas de Desenvolvimento Sustentável e o Presidente da PDVSA.

O Presidente Lula assinou decreto que cria o Projeto Brasil-Venezuela, com o objetivo de coordenar ações da Administração Pública e do setor privado brasileiros voltadas às relações bilaterais. O Projeto contará, para sua execução, com uma Comissão Nacional, a ser integrada pelos Secretários Executivos dos Ministérios.

Os Presidentes da Petrobras e da PDVSA assinaram Protocolo de Intenções, que prevê a formação de grupos de trabalho para estudar a atuação conjunta das duas empresas. A esse respeito, o Presidente Chávez mencionou, na declaração feita à imprensa, ao lado do Presidente Lula, a intenção de firmar, proximamente, acordo para a participação da Venezuela na construção de refinaria na Região do Nordeste brasileiro. Também destacou a garantia de financiamentos, em fase final de estudos pelo BNDES, à exportação de bens e serviços brasileiros à Venezuela, no valor de USD 1 bilhão.

O Presidente Chávez declarou apoio ao ingresso do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, na qualidade de membro permanente, dizendo que “os 23 milhões de venezuelanos se sentiriam bem representados”.

A inauguração do monumento com os bustos de Bolívar e Abreu e Lima ofereceu ocasião para ambos os Presidentes, em seus pronunciamentos, enaltecerem os laços históricos que unem os dois países.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo recebido da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 403, DE 2003**

(Nº 2.226/2002, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que alterem o referido texto, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º De forma consentânea ao ajuste entre as Partes Contratantes, explícito na “Declaração Conjunta sobre a visita à Ucrânia do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia do Brasil, Doutor Roberto Amaral”, firmada por este e pelo Sr. Olexander Negoda, Diretor-Geral da Agência Espacial da Ucrânia, o Congresso Nacional aprova o texto do Acordo, no entendimento de que:

I – em relação ao disposto no art. IV, § 3, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia envidarão seus melhores esforços para assegurar que autoridades brasileiras participem também do controle das áreas restritas, respeitada a proteção da tecnologia de origem ucraniana;

II – no que tange ao estabelecido no art. V, o Governo da República da Ucrânia envidará seus melhores esforços para autorizar os seus Licenciados a divulgar informações referentes à presença, nas Car-

gas Úteis ou nos Veículos Lançadores e Espaçonaves, de material radioativo ou de quaisquer substâncias que possam ser danosas ao meio ambiente ou à saúde humana, bem como dados relativos ao objetivo do lançamento e ao tipo e às órbitas dos satélites lançados, respeitada a proteção da tecnologia de origem ucraniana;

III – em referência ao estipulado no art. VI, § 2, as Partes envidarão seus melhores esforços para assegurar que pessoas autorizadas pelo Governo da República Federativa do Brasil participem também, no que couber, do controle do acesso a Veículos de Lançamento, Espaçonaves e Equipamentos Afins, respeitada a proteção da tecnologia de origem ucraniana;

IV – em relação ao disposto no art. VI, § 5, as Partes envidarão seus melhores esforços para assegurar que os crachás de identificação a serem utilizados pelos indivíduos que controlarão as áreas restritas serão emitidos pelo Governo da Ucrânia ou pelo Licenciado Ucraniano, para o pessoal ucraniano, e pelo Governo da República Federativa do Brasil, para o pessoal brasileiro, respeitada a proteção da tecnologia de origem ucraniana;

V – em referência ao determinado no art. VII, § 1.B, as Partes envidarão seus melhores esforços para assegurar que os containeres lacrados poderão ser abertos para inspeção por autoridades brasileiras devidamente autorizadas para tal pelo Governo da República Federativa do Brasil, na presença de autoridades ucranianas e em áreas apropriadas, sem que isto implique estudo técnico indevido do material ali contido e preservada inteiramente a proteção da tecnologia de origem ucraniana.

VI – no que tange ao estipulado no art. VIII, § 3, alínea a, o Governo da República Federativa do Brasil assegurará, em prazo condizente com o Acordo sobre o Salvamento de Astronautas e Restituição de Astronautas e de Objetos Lançados ao Espaço Cósmico, de 22 de abril de 1968, a restituição aos Participantes Ucranianos de todos os itens associados ao Veículo de Lançamento ou Espaçonaves recuperados pelos Representantes Brasileiros, sem examiná-los ou fotografá-los de nenhuma maneira, excetuados os casos em que as autoridades brasileiras julguem por bem assim proceder no interesse da saúde e segurança públicas e da preservação do meio ambiente, respeitada a proteção da tecnologia de origem ucraniana.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
UCRÂNIA SOBRE SAL- VAGUARDAS
TECNOLÓGICAS RELACIONADAS À
PARTICIPAÇÃO DA UCRÂNIA EM
LANÇAMENTOS A PARTIR DO CENTRO
DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA**

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da Ucrânia (doravante denominados
“as Partes”):

Tendo presentes os termos do Acordo-Quadro
entre o Governo da República Federativa do Brasil e o
Governo da Ucrânia sobre Cooperação nos Usos Pa-
cíficos do Espaço Exterior, assinado em 18 de no-
vembro de 1999;

Levando em conta a política estabelecida pelo
Governo da República Federativa do Brasil de promo-
ver o uso comercial do Centro de Lançamento de
Alcântara;

Comprometidos com os objetivos da não-proli-
feração e do controle de exportações, como previsto
nas Diretrizes do Regime de Controle de Tecnologia
de Mísseis (MTCR), e

Confiantes em que a colaboração continuada na
promoção de seus interesses mútuos concernentes à
proteção de tecnologias avançadas poderia servir
como uma reafirmação do desejo comum de desen-
volver ainda mais a cooperação científica e tecnológi-
ca e das suas respectivas empresas do setor.

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Objetivo

Este Acordo tem como objetivo evitar o acesso
não autorizado de tecnologias relacionadas com o
lançamento de Veículos de Lançamento, de Espaço-
naves, por meio de Veículos de Lançamento Espacia-
is ou Veículos de Lançamento, e Cargas Úteis por
meio de Veículos de Lançamento a partir do Centro
de Lançamento de Alcântara e a transferência não
autorizada dessas tecnologias.

ARTIGO II

Definições

Para fins deste Acordo se aplicarão as seguin-
tes definições:

1. “Espaçonaves” – quaisquer espaçonaves,
grupos de espaçonaves, sistemas ou subsistemas
de espaçonaves, componentes de espaçonaves (in-

clusive satélites, grupos de satélites, sistemas ou
subsistemas de satélites e/ou componentes de saté-
lites) e/ou motores de transferência orbital autoriza-
dos para exportação que tenha sido autorizada pelo
Governo da Ucrânia e sejam utilizados para execu-
tar Atividades de Lançamento.

2. “Veículos de Lançamento” – quaisquer Veícu-
los de Lançamento, propulsores, adaptadores com
sistemas de separação, coifas para carga útil, compo-
nentes e peças sobressalentes de um Veículo de Lan-
çamento referido no “Anexo do MTCR relativo a Equi-
pamento e Tecnologia” e/ou respectivos componen-
tes, cuja exportação tenha sido autorizada pelo Go-
verno da Ucrânia e sejam utilizados para realizar Ati-
vidades de Lançamento.

3. “Cargas Úteis” – quaisquer espaçonaves, gru-
pos de espaçonaves, sistemas ou subsistemas de es-
paçonaves, componentes de espaçonaves (inclusive
satélites, grupos de satélites, sistemas ou subsiste-
mas de satélites e/ou componentes de satélite) e/ou
motores de transferência orbital autorizados a serem
exportados para a República Federativa do Brasil por
outro governo que não o Governo da Ucrânia, para
lançamento em Veículos de Lançamento a partir do
Centro de Lançamento de Alcântara.

4. “Veículos de Lançamento Espacial” – quais-
quer Veículos de Lançamento propulsores, adaptado-
res com sistemas de separação, coifas para carga útil
e/ou respectivos componentes que tenham sido auto-
rizados para exportação para a República Federativa
do Brasil por um governo que não o Governo da Ucrâ-
nia para lançamentos a partir do Centro de Lança-
mento de Alcântara.

5. “Equipamentos da Plataforma de Lançamen-
tos” – equipamentos de uma plataforma de lançamen-
tos e do complexo de lançamento, licenciados para
exportação da Ucrânia, utilizados para lançamentos a
partir do Centro de Lançamento de Alcântara.

6. “Equipamentos Afins” – equipamentos de
apoio, itens subsidiários, respectivos componentes e
peças sobressalentes que tenham sido autorizados
para exportação pelo Governo da Ucrânia e que se-
jam necessários para realizar Atividades de Lança-
mento.

7. “Dados Técnicos” – informação, sob qualquer
forma, a verbal, inclusive, que não esteja publicamen-
te disponível e que seja exigida para o projeto, a en-
genharia, o desenvolvimento, a produção, o proces-
samento, a fabricação, o uso, a operação, a vistoria, o
reparo, a manutenção, a modificação, o aprimora-
mento ou a modernização de Veículos de Lançamen-
to, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos,

Espaçonaves, Cargas Úteis e/ou Equipamentos Afins. Tal informação inclui, entre outras, informação no formato de plantas, desenhos, fotografias, materiais de vídeo, planos, instruções, programas de computador e documentação.

8. “Atividades de Lançamento” – todas as ações relacionadas com o lançamento de Espaçonaves por meio de Veículos de Lançamento ou Veículos de Lançamento Espacial e o lançamento de Cargas Úteis por meio de Veículos de Lançamento, desde as discussões técnicas iniciais até a montagem, o teste e lançamento ou retorno dos Equipamentos Afins e dos Dados Técnicos, da República Federativa do Brasil para a Ucrânia ou para outro local aprovado pelo Governo da Ucrânia e, na eventualidade de cancelamento ou falha do lançamento, o retorno dos Veículos de Lançamento, dos Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins, Dados Técnicos, componentes e/ou destroços, recuperados e identificados, do Veículo de Lançamento, dos Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonave pelos Equipamentos Afins para a Ucrânia ou para outro local aprovado pelo Governo da Ucrânia.

9. “Plano de Controle de Tecnologias” – qualquer plano aprovado pelos órgãos competentes do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Ucrânia, antes da entrega de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves ou Equipamentos Afins no território da República Federativa do Brasil, e que estabeleçam as medidas de segurança a serem implementadas durante as Atividades de Lançamento, inclusive em situações de emergência.

10. “Participante Ucrâniano” – qualquer contratado ucraniano, subcontratado, empregado, ou agente, quer seja nacional da Ucrânia, funcionário, empregado ou qualquer representante do Governo da Ucrânia que, em função da expedição de uma licença de exportação ucraniana, participe de Atividades de Lançamento, e que esteja sujeito à jurisdição e/ou ao controle da Ucrânia.

11. “Representante Brasileiro” – qualquer pessoa, que não um Participante Ucrâniano, seja nacional da República Federativa do Brasil, seja uma outra pessoa que tenha ou possa ter acesso ao Veículo de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos e que esteja sujeito à jurisdição e/ou ao controle da República Federativa do Brasil.

12. “Licenciado Ucrâniano” – qualquer pessoa em favor da qual tenha(m) sido emitida(s) licença(s)

de exportação, de acordo com a legislação nacional da Ucrânia para exportar Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos.

13. “Licenciado Brasileiro” – qualquer pessoa que seja identificada nas pertinentes licenças de exportação emitidas pela Ucrânia e que seja licenciada, de conformidade com as leis e regulamentos da República Federativa do Brasil, a levar a cabo Atividades de Lançamento.

14. “Licença de Exportação” – licença para exportar bens sujeitos ao controle de exportação estatal.

ARTIGO III

Dispositivos Gerais

1. A República Federativa do Brasil deverá:

A. Em seguimento à notificação encaminhada por escrito pelo Governo da Ucrânia ao Governo da República Federativa do Brasil sobre transferências a um Licenciado Brasileiro no contexto das Atividades de Lançamento, de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos e após o momento da sua chegada à República Federativa do Brasil, tomar as medidas apropriadas para assegurar que:

a) Os Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos serão usados apenas no âmbito das Atividades de Lançamento, a menos que o Governo da Ucrânia manifeste, por escrito, seu prévio consentimento para a utilização dos referidos Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos para outros propósitos (que serão identificados pelo Governo da Ucrânia com o propósito de preparar e conduzir os lançamentos).

b) Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos não serão modificados ou reproduzidos sem um prévio consentimento por escrito do Governo da Ucrânia.

c) Toda e qualquer reprodução de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos, ou materiais originados de tais reproduções, não serão repassados a terceiros sem o prévio consentimento por escrito do Governo da Ucrânia.

d) Assegurar que nenhum Representante Brasileiro se apodere de qualquer equipamento ou tecnologia importados para dar suporte às Atividades de Lançamento, com exceção daqueles especificados pelo Governo da Ucrânia.

2. Será a intenção do Governo da Ucrânia, atuando em consonância com as leis e os dispositivos deste Acordo, aprovar as licenças de exportação necessárias à condução das Atividades de Lançamento. Entretanto, nada neste Acordo restringirá a autoridade do Governo da Ucrânia para tomar qualquer iniciativa em relação ao licenciamento de exportação que esteja em conformidade com a legislação nacional da Ucrânia.

ARTIGO IV

Controle de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e Dados Técnicos

1. Este Acordo especifica os procedimentos de salvaguardas tecnológicas a serem seguidos para Atividades de Lançamento, inclusive os procedimentos para controlar o acesso a Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins, Dados Técnicos e às áreas em que se encontrem tais itens no Centro de Lançamento de Alcântara. Este Acordo se aplicará a todas as fases das Atividades de Lançamento, inclusive as atividades desenvolvidas em todas as instalações de qualquer Licenciado Ucrâniano, as atividades em todas as instalações sob jurisdição e/ou controle da República Federativa do Brasil, bem como as atividades dos Representantes Brasileiros e de qualquer Participante Ucrâniano. Este Acordo também se aplicará a todas as fases de transporte de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e Dados Técnicos.

2. Com exceção do previsto no Artigo VI e no Artigo VIII (3) deste Acordo, ou do que de outro modo venha a ser autorizado por meio de licenças de exportação emitidas pelo Governo da Ucrânia, o Governo da República Federativa do Brasil envidará seus melhores esforços para evitar qualquer acesso desacompanhado ou não monitorado - inclusive o uso de quaisquer instrumentos técnicos - de Representantes Brasileiros a Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins, Dados Técnicos e/ou às áreas reservadas, mencionadas no parágrafo 3 deste Artigo.

3. Para quaisquer Atividades de Lançamento, as Partes envidarão seus melhores esforços para assegurar que os Participantes Ucrânianos mantenham o controle sobre os Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e Dados Técnicos, a menos que venha a ser autorizado de outra maneira pelo Governo da Ucrânia. Para tal fim, o Governo da República Federativa do Brasil disponibilizará, no Centro de Lançamento de Alcântara, áreas para o processamento, montagem, conexão e lançamento de Veículos de Lançamento e Espaçonaves pelos Licenciados Ucrânianos e permitirá que pessoas autorizadas pelo Governo da Ucrânia controlem o acesso a essas áreas. Os limites dessas áreas deverão ser claramente definidos.

4. Cada Parte assegurará que todas as pessoas sob a sua jurisdição e/ou controle, que participem das Atividades de Lançamento ou de outra maneira tenham acesso a elas, observarão os procedimentos especificados neste Acordo.

O Governo da Ucrânia exigirá que os Licenciados Ucrânianos, envolvidos com as Atividades de Lançamento no Centro de Lançamento de Alcântara, elaborem um Plano de Controle de Tecnologias, que inclua elementos pertinentes deste Acordo. O Governo da República Federativa do Brasil assegurará que os Representantes Brasileiros cumpram com as suas obrigações, conforme venha a ser estabelecido nos Planos de Controle de Tecnologias. O Governo da Ucrânia assegurará que os Participantes Ucrânianos cumpram também com as suas obrigações, conforme venha a ser estabelecido nos Planos de Controle de Tecnologias. Em caso de conflito entre os dispositivos deste Acordo e os dispositivos de qualquer Plano de Controle de Tecnologias, prevalecerão os dispositivos deste Acordo.

6. As Partes envidarão seus melhores esforços para assegurar o recebimento tempestivo da(s) sua(s) respectiva(s) licença(s) para a conclusão das Atividades de Lançamento. Caso o Governo da Ucrânia chegue à conclusão de que qualquer dos dispositivos deste Acordo ou dos Planos de Controle de Tecnologias para quaisquer Atividades de Lançamento tenha sido infringido, poderá suspender ou revogar qualquer (quaisquer) licença(s) de exportação relacionada(s) aos referidos lançamentos. Caso o Governo da República Federativa do Brasil chegue à conclusão de que qualquer dos dispositivos deste Acordo ou dos Planos de Controle de Tecnologias para quaisquer Atividades de Lançamento tenha sido infringido, poderá suspender ou revogar qualquer (quaisquer) li-

cença(s) de exportação relacionada(s) aos referidos lançamentos.

a) No caso de qualquer dessa(s) licença(s) ou de a(s) licença(s) de exportação ser(em) suspensão(s) ou revogada(s), a Parte que, procedeu à suspensão ou revogação deverá prontamente notificar a outra Parte e explicar as razões de sua decisão.

b) Caso uma licença de exportação seja revogada pelo Governo da Ucrânia, o Governo da República Federativa do Brasil não se poderá opor à decisão e, se necessário, deverá facilitar o retorno expedido à Ucrânia, ou a outro local aprovado pelo Governo da Ucrânia, de conformidade com o estabelecido na licença de exportação emitida pelo Governo da Ucrânia, de um Veículo de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos que tenham sido trazidos para o território da República Federativa do Brasil.

ARTIGO V

Dados Técnicos Autorizados para Repasse

1. Este Acordo não permite e o Governo da Ucrânia proibirá que os Participantes Ucrânicos prestem qualquer assistência aos Representantes Brasileiros no concernente ao projeto e desenvolvimento de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves e/ou Equipamentos Afins, a menos que tal assistência seja autorizada pelo Governo da Ucrânia.

2. O Governo da República Federativa do Brasil não repassará e proibirá o repasse por Representantes Brasileiros de quaisquer dados concernentes a Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos sem a prévia autorização por escrito do Governo da Ucrânia.

3. O Governo da Ucrânia envidará seus melhores esforços para assegurar que os Licenciados Ucrânicos forneçam aos Licenciados Brasileiros a informação necessária relacionada à licença ucraniana e/ou à autorização de repasse, inclusive informação sobre os itens repassados de acordo com tal licença ou autorização. O Governo da República Federativa do Brasil envidará seus melhores esforços para assegurar que os Licenciados Brasileiros forneçam ao Governo da República Federativa do Brasil a informação acima mencionada.

ARTIGO VI

Controles de Acesso

1. Para qualquer lançamento regulado por este Acordo, o Governo da Ucrânia e o Governo da República Federativa do Brasil supervisionarão e acompanharão a implementação dos Planos de Controle de Tecnologias apropriados. O Governo da República Federativa do Brasil permitirá e facilitará a supervisão e o acompanhamento de todas as Atividades de Lançamento pelo Governo da Ucrânia.

2. As Partes assegurarão que somente Participantes Ucrânicos, cujos procedimentos de segurança tenham sido aprovados pelo Governo da Ucrânia controlarão o acesso a Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e Dados Técnicos ucranianos. Apenas aos mencionados Participantes Ucrânicos será permitido controlar o acesso durante a preparação dos lançamentos, transportes de um Veículo de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves e Equipamentos Afins, conexão/desconexão da Espaçonave com o Veículo de Lançamento e o retorno dos Equipamentos da Plataforma de Lançamentos e dos Equipamentos Afins, bem como Dados Técnicos ucranianos à Ucrânia.

3. O Governo da Ucrânia terá o direito de, para qualquer lançamento regulado por este Acordo, inspecionar e controlar, inclusive eletronicamente, por meio de sistemas de circuitos fechados de televisão e outros meios eletrônicos compatíveis com operações de lançamento e segurança de lançamento, todas as áreas definidas pelas Partes, onde estejam armazenados os Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Equipamentos Afins e Dados Técnicos dos Licenciados Ucrânicos, bem como o itinerário pelo qual poderão seguir a Espaçonave já montada ou as Cargas Úteis já montadas até a Plataforma de Lançamento. O Governo da Ucrânia envidará esforços para notificar tempestivamente o Governo da República Federativa do Brasil ou os Representantes Brasileiros dessas inspeções ou verificações. Tais inspeções e verificações, no entanto, poderão ocorrer sem prévia notificação ao Governo da República Federativa do Brasil ou aos Representantes Brasileiros. O Governo da Ucrânia coordenará, juntamente com o Governo da República Federativa do Brasil, as especificações e características técnicas de quaisquer equipamentos de monitoramento eletrônico.

4. O Governo da República Federativa do Brasil dará, tempestivamente, informação ao Governo da

Ucrânia sobre quaisquer ações que possam criar um conflito entre o controle de acesso e os requisitos de monitoramento especificados pelas Partes, de modo que entendimentos adequados possam ser acordados para salvaguardar Veículos de Lançamento, Espaçonaves, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos.

5. Será solicitado a todas as pessoas portarem, de forma visível, crachás de identificação, enquanto estiverem executando atribuições relacionadas com Atividades de Lançamento. O acesso às instalações e às áreas que tenham sido especialmente reservadas para o trabalho com veículos de Lançamento e Espaçonaves previsto neste Acordo, será controlado, exclusivamente, pelo Governo da Ucrânia ou pelos Licenciados Ucrânicos, devidamente autorizados pela(s) Licença(s) de Exportação. Tais crachás que exibirão, nos idiomas português e inglês, o nome e a fotografia do portador e a autorização para entrada nas instalações, serão emitidos unicamente pelo Governo da Ucrânia ou pelo Licenciado Ucrânico, se autorizado pelo Governo da Ucrânia.

ARTIGO VII

Procedimentos para Processamento

1. Transporte de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins, Dados Técnicos, inclusive procedimentos alfandegários.

a) Todo o transporte de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e Dados Técnicos para o território da República Federativa do Brasil, ou dele proveniente, será autorizado previamente pelo Governo da Ucrânia e tais itens poderão, a critério do Governo da Ucrânia, ser acompanhados por agentes autorizados pelo Governo da Ucrânia. O transporte de equipamentos e tecnologias relacionados às Atividades de Lançamento através da fronteira alfandegária ucraniana será levado a cabo de conformidade com as leis e regulamentos da Ucrânia.

b) Quaisquer Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos transportados para o território da República Federativa do Brasil, ou dele provenientes, relacionados a atividades

de lançamento, serão acondicionados em containeres devidamente lacrados, transportados, de maneira expedita, através do território brasileiro e só serão abertos em áreas apropriadas, definidas no Centro de Lançamento de Alcântara. As autoridades brasileiras competentes receberão do Governo da Ucrânia uma declaração por escrito do conteúdo dos referidos containeres lacrados.

c) O Governo da Ucrânia exigirá dos Licenciados Ucrânicos que forneçam garantias por escrito de que os containeres lacrados referidos no parágrafo 1.B deste Artigo não contenham nenhuma carga ou equipamento não relacionados às Atividades de Lançamento.

d) Os Participantes Ucrânicos se submeterão ao controle de imigração e alfândega na República Federativa do Brasil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelas leis e regulamentos brasileiros.

e) O Governo da República Federativa do Brasil envidará seus melhores esforços para facilitar a entrada, no território da República Federativa do Brasil, de Participantes Ucrânicos para as Atividades de Lançamentos.

2. Aos Representantes Brasileiros será permitido descarregar veículos transportando Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos abrangidos por este Acordo e entregar containeres lacrados nas áreas de preparação de Veículos de Lançamento ou Espaçonaves, somente se estiverem sob a supervisão de Participantes Ucrânicos. Aos Representantes Brasileiros, será permitido, mediante aprovação especial do Governo da Ucrânia, o acesso às áreas de preparação dos Veículos de Lançamento ou das Espaçonaves. Os Representantes Brasileiros serão, igualmente, admitidos nas áreas de preparação, se estiverem acompanhados todo o tempo de Participantes Ucrânicos.

3. Procedimentos Pós-lançamento

As Partes assegurarão que os Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Equipamentos Afins, juntamente com os Dados Técnicos, retornarão a locais aprovados pelo Governo da Ucrânia, a menos que, de outra maneira, venha a ser acordado pelas Partes.

ARTIGO VIII

Atraso, Cancelamento ou Falha de Lançamento

1. Atraso de Lançamento

Na eventualidade de atraso em um lançamento, as Partes assegurarão que o acesso a Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos seja monitorado por Participantes Ucranianos. Os dispositivos do Artigo VII deste Acordo serão aplicados a quaisquer Atividades de Lançamento subsequentes.

2. Cancelamento de Lançamento

Na eventualidade de cancelamento de um lançamento, as Partes assegurarão que aos Participantes Ucranianos será permitido monitorar o acesso aos Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos, enquanto estiverem aguardando retorno para a Ucrânia ou para outro local aprovado pelo Governo da Ucrânia.

3. Falha de Lançamento

a) Na eventualidade de falha do lançamento, o Governo da República Federativa do Brasil permitirá que Participantes Ucranianos auxiliem na busca e recuperação de qualquer ou de todos os componentes e/ou destroços de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves e/ou Equipamentos Afins, em todos os sítios dos acidentes em localidades sujeitas à jurisdição ou controle da República Federativa do Brasil. O Governo da República Federativa do Brasil assegurará que agentes de investigação do Governo da Ucrânia tenham acesso ao local do acidente. Um sítio de recuperação de destroços de Veículos de Lançamento e Espaçonaves, sob o controle da Ucrânia, deverá ser estabelecido no Centro de Lançamento de Alcântara e/ou em outra localidade definida pelas Partes. O acesso a tal sítio será controlado, conforme o estipulado no Artigo VI deste Acordo. O Governo da República Federativa do Brasil restituirá, imediatamente, aos Participantes Ucranianos todos os itens associados ao Veículo de Lançamento ou Espaçonaves recuperados por Representantes Brasileiros, sem examiná-los ou fotografá-los de nenhuma maneira. Se houver razão para crer que a busca e a recuperação de componentes e/ou destroços de Veículo de Lançamento, Espaçonaves e/ou Equipamentos Afins afetarão interesses de um terceiro Estado, as Partes

consultarão imediatamente o governo daquele Estado, no que concerne à coordenação de procedimentos para realizar as operações de busca, sem prejuízo dos direitos e obrigações de todos os Estados envolvidos, de conformidade com o Direito Internacional, inclusive com o disposto no Acordo sobre o Salvamento de Astronautas e Restituição de Astronautas e de Objetos Lançados no Espaço Exterior, datado de 22 de abril de 1968.

b) O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia acordam em autorizar os Licenciados Brasileiros e Ucranianos, respectivamente, por meio de licenças ou permissões, a proporcionar, na medida em que os interesses nacionais de segurança e de política externa dos respectivos Estados o permitam, as informações necessárias para determinar a causa do acidente.

ARTIGO IX

Implementação

1. As Partes, anualmente, realizarão consultas para avaliar a implementação deste Acordo, com particular ênfase na identificação de qualquer ajuste que possa ser necessário para manter a efetividade dos controles sobre transferência de tecnologia.

2. Qualquer controvérsia entre as Partes, concernente à interpretação e à implementação deste Acordo, será dirimida por consultas por meio dos canais diplomáticos.

ARTIGO X

Dispositivos Finais

1. Este Acordo entrará em vigor mediante troca de notas entre as Partes, confirmando que todos os procedimentos e requisitos internos pertinentes para que este Acordo entre em vigor tenham sido cumpridos.

2. Este Acordo poderá ser emendado por meio de acordo, por escrito, entre as Partes. Quaisquer emendas acordadas entrarão em vigor mediante troca de notas entre as Partes, confirmando que todos os procedimentos e requisitos pertinentes à sua entrada em vigor tenham sido cumpridos.

3. Este Acordo poderá deixar de vigorar por Iniciativa de qualquer uma das Partes, após o decurso do prazo de um ano a partir data da respectiva denúncia, encaminhada por escrito à outra Parte.

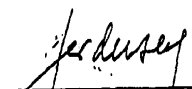
4. As obrigações das Partes, estabelecidas neste Acordo concernentes à segurança, repasse e uso da informação, e à restituição à Ucrânia ou a outro lo-

cal aprovado pelo Governo da Ucrânia, de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves, Equipamentos Afins e/ou Dados Técnicos em decorrência de atraso ou cancelamento de lançamento, ou de componentes e/ou destroços de Veículos de Lançamento, Equipamentos da Plataforma de Lançamentos, Espaçonaves e/ou Equipamentos Afins, resultante de falha de lançamento, continuarão a vigorar após a expiração ou término deste Acordo.

5. O Governo da República Federativa do Brasil autoriza a Agência Espacial Brasileira (AEB) a supervisionar a implementação deste Acordo. O Governo da Ucrânia autoriza a Agência Nacional Espacial da Ucrânia a supervisionar a implementação deste Acordo.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, firmaram este Acordo.

Feito em Kiev, em 16 de janeiro de 2002, em três exemplares originais, respectivamente nos idiomas português, ucraniano e inglês, sendo os três textos igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, a versão em inglês prevalecerá.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



PELO GOVERNO DA UCRÂNIA

MENSAGEM Nº 250, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Ciência e Tecnologia e da Defesa, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação da Ucrânia, em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento Alcântara, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.

Brasília, 10 de abril de 2002. **Fernando Henrique Cardoso.**

EM INTERMINISTERIAL Nº 92/MRE/MCT/MD

Brasília, 13 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, o texto do “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara”, celebrado em Kiev, no dia 16 de janeiro de 2002. O presente Acordo representa mais um importante passo para tomar viável a comercialização dos serviços de lançamento a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

2. Como já é do conhecimento de Vossa Excelência, a privilegiada localização geográfica do CLA, próxima à linha do Equador, permite que lançamentos sejam efetuados com menor dispêndio de combustível e, conseqüentemente, tenham seus custos substancialmente reduzidos em relação a outros centros em latitudes mais altas. A possibilidade de lançamento sobre o mar em azimutes de Norte a Leste facilita as operações de colocação de satélites em distintas órbitas, desde as polares até as equatoriais.

3. No mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, os centros de outros países estão mais distantes da Linha do Equador (Vanderberg e Kennedy, nos EUA; Baikonur, no Cazaquistão). O Centro Espacial da Guiana, mais próximo àquela Linha, está dedicado exclusivamente aos lançadores Ariane 4 e 5, da Agência Espacial Europeia.

4. Existe, desse modo, uma demanda reprimida de acesso aos centros de lançamento, a qual poderá ser parcialmente satisfeita pelo CLA. As operações de lançamento no CLA terão considerável impacto sobre a economia do Estado do Maranhão, já que atrairão investimentos em diferentes áreas.

5. A utilização do CLA em bases comerciais vem beneficiar o Programa Nacional de Atividades Espaciais não só pelo retorno financeiro que advém das operações de lançamento como também por possibilitar a frequente operacionalização do Centro, o que contribui para a manutenção de seus equipamentos e para elevar a capacitação técnica do seu pessoal. A ociosidade do CLA teria efeitos negativos sobre o próprio desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.

6. O presente Acordo tem, ainda, relevante significado político. Por meio dele, o Brasil e a Ucrânia reiteram o seu comprometimento com os objetivos da não proliferação pela possibilidade de participação de empresas ucranianas em consórcios para lançamento e do controle de exportações previstos nas Diretrizes do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).

7. É praxe internacional que lançamentos de satélites em bases comerciais sejam amparados por acordos de salvaguardas tecnológicas. Tais instrumentos estabelecem uma série de mecanismos que visam a atender às preocupações dos dois países no tocante à proteção da propriedade industrial e à proliferação de tecnologias sensíveis. Acordo nessa linha, como também é do conhecimento de Vossa Excelência, foi celebrado entre Brasil e Estados Unidos em 18 de abril de 2000.

8. A propósito da cooperação do Brasil com a Ucrânia, segunda potência espacial no âmbito da ex-URSS, caberia salientar que a mesma tem sido essencialmente motivada a partir do CLA, utilizando os lançadores Cyclon-IV.

9. O interesse brasileiro no estreitamento das relações com a Ucrânia no setor espacial fundamenta-se, em suma, no reconhecimento da excelência dos produtos de sua indústria, da **expertise** ucraniana no setor e da possibilidade de intercâmbios em área de tecnologias de ponta, o que contribuiria para o progresso do Programa Espacial Brasileiro.

10. Uma vez que a ratificação do presente Acordo depende da prévia autorização do Congresso Nacional, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, submetemos à alta apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem Presidencial, para encaminhamento do referido Acordo à apreciação do Poder Legislativo.

Respeitosamente, – **Celso Lafer**, Ministro de Estado das Relações Exteriores – Ronaldo Mota Sardenberg, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia – Geraldo Magela da Cruz Quintão, Ministro de Estado de Defesa.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O **Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2003**, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, terá o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá 15 dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2002** (nº 1.395/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Jardim de Cajobi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajobi, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2002** (nº 1.952/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Kyno Filmes Produções Cinematográficas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2002** (nº 1.951/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Kyno Filmes Produções Cinematográficas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2002** (nº 1.950/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Kyno Filmes Produções Cinematográficas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguatins, Estado do Tocantins;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 613, de 2002** (nº 1.769/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Juventude Comunitária de Ferros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferros, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 614, de 2002** (nº 1.772/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Gaivota a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 643, de 2002** (nº 1.729/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Miguel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 658, de 2002** (nº 1.761/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itaguareense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguara, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 682, de 2002** (nº 1.799/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio FM Educadora Itaguay Nossa Senhora da Conceição para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Arari, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2003** (nº 1.521/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Andradina, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2003** (nº 1.984/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Mirassol D'Oeste a executar serviço de ra-

diodifusão comunitária na cidade de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2003** (nº 2.046/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Campos de Júlio/MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2003** (nº 2.076/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vila Rica de Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2003** (nº 2.078/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penedo, Estado de Alagoas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2003** (nº 2.079/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2003** (nº 2.080/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de União dos Palmares, Estado de Alagoas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2003** (nº 2.067/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos da Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2003** (nº 2.115/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Serra Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2003** (nº 1.867/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ter-

ra Nova FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Terra Nova, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2003** (nº 2.063/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores Comunidade Cristalinense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalina, Estado de Goiás;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2003** (nº 2.073/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Rio das Pedras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás; e*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2003** (nº 2.417/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Floresta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Floresta, Estado de Pernambuco.*

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para a apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2003** (nº 7.261, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos Estados e do Distrito Federal.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2001**, de autoria do Senador José Sarney, que *institui a Política Nacional do Livro, e dá outras providências* (tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2002**).

Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2001, aprovado, vai à Câmara dos Deputados; e o de nº 62, de 2002, rejeitado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 618, DE 2003

Pelo falecimento da Deputada do Estado do Piauí, Francisca Trindade, requeiro, nos termos do art. 218 combinado com art. 220 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- 1) Inserção em ata do voto de profundo pesar;
- 2) Prestação de condolências à família e ao Estado do Piauí; e
- 3) Levantamento da sessão do dia de hoje.

Sala das Sessões, 28 de julho de 2003. – Senador **Heráclito Fortes**.

REQUERIMENTO Nº 619, DE 2003

Requeremos, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento da Deputada Federal do Estado do Piauí, Francisca Trindade, falecida ontem, dia 27:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Piauí; e
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 28 de julho de 2003. – Senador **Mozarildo Cavalcanti** – Senador **Alberto Silva** – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

REQUERIMENTO Nº 620, DE 2003

Nos termos do art. 218, combinado com os arts. 220 e 221 do Regimento Interno, em virtude do falecimento da Deputada Federal Francisca Trindade, requeiro que seja concedida as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Piauí; e
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 28 de julho de 2003. – Senador **Aloizio Mercadante** – Senador **Paulo Paiva**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esses requerimentos dependem de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o requerimento aqui apresentado, sendo um de minha autoria; outro de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com assinatura de mais outros companheiros; e um terceiro, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, Líder do Partido da falecida Deputada Francisca Trindade, no Senado Federal. É por demais doloroso para nós, piauienses, termos que, nesta Casa, assinar este ato.

A Deputada Francisca Trindade foi acometida de um repentino aneurisma, quando participava de um evento, juntamente com o Governador do Estado e algumas autoridades do Governo Federal, com o Ministro da Pesca, José Fritz, na cidade de Teresina.

Deputada em primeiro mandato, tendo sido anteriormente Vereadora de Teresina e Deputada Estadual, S. Ex^a teve carreira rápida e brilhante. Perde o Piauí uma das suas grandes esperanças em termos de renovação política.

A Deputada Francisca Trindade, petista, desde o início de sua militância política, que atuou em movimentos sindicais e sociais de Teresina, deixa uma marca muito importante na política do nosso Estado. Tive o prazer da convivência com S. Ex^a, quando estive à frente da Prefeitura de Teresina. A Deputada Francisca Trindade era, naquela época, Presidente da FAMCC, que agregava a Associação de Moradores de toda a cidade de Teresina e, como moradora de um dos bairros mais carentes e necessitados de Teresina à época, o bairro Água Mineral, tinha comigo vários encontros. Confesso, Sr. Presidente, que muitas vezes eram encontros de adversários. S. Ex^a presidia a entidade e eu dirigia a cidade de Teresina. Mas, certa vez, disse-lhe: “Fique tranquila, que vamos brigar sempre, mas também vamos sempre dialogar porque temos que separar as posições. De um lado, está a cidade de Teresina com seu Prefeito e, do outro lado, a Presidente de uma Associação”.

Tivemos intensa convivência, embora – repito – muitas vezes em campos adversos. Contudo, sempre determinei que a Prefeitura atendesse às reivindicações que S. Ex^a fazia em nome da entidade que representava. Um dos seus grandes sonhos, naquela época, era o calçamento de todo o bairro. O Bairro Água Mineral – não sei por que circunstâncias, e não vale aqui fazer alusão a nenhuma pesquisa sobre o caso –, juntamente com Real Copagri, dois bairros que se avizinhavam, tinham sido esquecidos ao longo do tempo pelas Administrações Municipais. Exatamente

nesse local, a Deputada, à época líder sindical e de classe, fazia política. Imediatamente determinei o calçamento dos dois bairros. A princípio, S. Ex^a, cética, não acreditou, pois pensava que se tratava de mais uma promessa. Qual foi sua surpresa no dia que a convidei para que reunisse sua Associação, a fim de que fôssemos ao seu bairro natal e iniciássemos o grande processo!

Anos depois, Trindade elege-se Vereadora e, em seguida, Deputada Estadual. Na última eleição, no pleito de 2002, sagra-se a Deputada Federal mais votada da história do Estado do Piauí, a mais votada em Teresina e em todo o Estado.

Lamento profundamente esse prematuro acontecimento, Sr. Presidente. V. Ex^a, que, como militante do PT, teve a oportunidade de conhecê-la, inclusive em visitas que fez a Teresina, sabe muito bem que ela tinha um magnetismo que encantava as pessoas na sua convivência. Era dura na negociação, tinha posições firmes e, tenho certeza, abatia-se muito com a mudança de rumo a que, de repente, se via obrigada pelas circunstâncias em razão das reformas.

Trindade tinha posições firmes e vinha se angustiando, nos últimos tempos, por exemplo, com o fato de ter que mudar o seu voto na questão da aposentadoria dos servidores, que sempre foi uma de suas bandeiras. Mas lutou com firmeza até o fim. Desfaleceu numa tribuna, num encontro em Teresina, quando iniciava um projeto no setor da pesca idealizado por ela, ainda com os recursos de uma emenda do Orçamento passado, tendo conseguido que toda a Bancada concordasse que fossem destinados para aquela atividade.

Quero aqui deixar aos seus familiares e aos militantes do PT do Piauí os meus sentimentos de pesar por essa triste perda e dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Piauí empobrece, mas o Brasil também perde, porque a Deputada, apesar do pouco tempo de mandato como Deputada Federal, em Brasília, já vinha marcando as suas posições como uma Parlamentar de futuro e, acima de tudo, com uma atuação marcada pela coerência.

Agradeço a V. Ex^a e aos companheiros também autores de requerimentos por me darem a prioridade do encaminhamento, por se tratar de uma Parlamentar do meu Estado. Quero me unir a todos os piauienses nesta hora de muita tristeza e de muita dor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Heráclito Fortes, cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento de solidariedade à família, ao mesmo

tempo em que faz o encaminhamento do requerimento de sua autoria, deixando claro que Francisca Trindade honra o povo brasileiro.

Passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, incumbiu-me a Liderança do meu Partido, o PSDB, de vir a esta tribuna para nos irmanarmos neste sofrimento por que passa o povo piauiense, o Partido dos Trabalhadores e o Congresso Nacional como um todo.

É muito triste, Sr. Presidente, vermos a bandeira a meio-pau, sabendo que a Casa do povo brasileiro perde um dos seus Membros. Especificamente, Sr. Presidente, nota-se nesta biografia, de uma professora de apenas 37 anos, de uma única filiação partidária, a mais votada Deputada nas últimas eleições do Piauí, que a dor deve ser realmente muito grande.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, era uma pessoa da área da educação. Sou formado em Pedagogia e tive a alegria de ser o Deputado Federal mais votado no meu Estado. Sei, portanto, quantos não são os sonhos que trazemos para cá quando conquistamos o mandato eletivo com a maior votação, com o apoio popular. Fico pensando como não sonhava a Deputada Francisca Trindade no instante em que, depois de ter sido Vereadora por dois mandatos e de ter sido Deputada Estadual, se elegia Deputada Federal no momento em que Lula chegava a Presidência da República e em que Wellington Dias chegava ao Governo do Estado. A Deputada estava, talvez, com todos os instrumentos políticos com os quais sonhara para desenvolver um trabalho em prol da sua comunidade: com o apoio do Presidente da República, do Governador do seu Estado, tendo sido eleita a Deputada Federal mais votada pelo seu Estado, sendo a Câmara dos Deputados presidida pelo Deputado João Paulo Cunha. Enfim, todo um contexto que, sem dúvida nenhuma, levava a que ela alcançasse um momento de ápice na sua breve carreira política.

Senador Heráclito Fortes, costumamos dizer que o Estado do Piauí é um irmão de dor e de sofrimento do nosso Tocantins. Temos uma extensa fronteira, convivemos com muitos dos mesmos problemas e, por termos uma população piauiense muito grande no Tocantins, sofreremos pela perda de tão valiosa Deputada.

Deixo minhas condolências à Câmara de Vereadores de Teresina, à Assembléia Legislativa do Esta-

do do Piauí, ao cônjuge Edilberto Borges de Oliveira, aos dois filhos que a Deputada deixa, a jovem Camila Kizzy e o jovem Yan Kalid, a todo o povo do Piauí e a todos os Membros do Partido dos Trabalhadores, sabendo que este é um dia triste para a história política do Piauí e do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência cumprimenta o Senador Eduardo Siqueira Campos pela sua solidariedade, mostrando que todos nós, de fato, estamos de luto neste momento.

Passamos a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, em nome da Liderança do Partido Popular Socialista, também me somar às homenagens que se prestam hoje a ex-Deputada, que tão precocemente deixa o convívio no Congresso Nacional, como bem disse o Senador Eduardo Siqueira Campos, num momento em que todas as conspirações positivas levavam, com certeza, a que ela acreditasse que poderia desenvolver um mandato altamente profícuo em favor do seu Estado e em favor do Brasil num momento em que toda a população deseja mudanças, melhoria na qualidade de vida e em todos os aspectos da vida das pessoas e das famílias, principalmente na questão social.

Quero deixar também o meu voto de profundo pesar, tendo sido signatário de um dos requerimentos dessa homenagem assim como do levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, para encaminhar o requerimento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome das oposições nesta Casa, queremos também nos solidarizar com a família da Deputada, que, realmente, mostrou a sua capacidade como mulher pública, seja como Vereadora, como Deputada Estadual, tornando-se a Deputada Federal mais votada da história política do Estado do Piauí.

Queremos abraçar a família da Deputada, bem como a família petista, que perde uma valorosa companheira em razão de sua luta democrática em defesa do povo do Estado do Piauí. Com certeza, sofre também toda a população do Piauí, porque S. Ex^a era, sem dúvida, uma das esperanças da política daquele

Estado. Era uma mulher valente, vibrante e, acima de tudo, dedicada à causa social.

Em nome das Oposições, deixamos o nosso pesar pela morte dessa grande batalhadora, na certeza de que Deus haverá de tê-la em bom lugar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Efraim Morais, também cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

Quebrando em parte o protocolo, eu gostaria de dizer que me foi pedido pelos Líderes Aloizio Mercadante e Tião Viana que eu fizesse uma pequena manifestação, dizendo que, de fato, o Brasil está de luto.

A Deputada Francisca Trindade será sempre lembrada como uma das mais ilustres representantes das mulheres brasileiras e, no caso específico, pela sua luta, de forma pontual, em favor da mulher negra.

A Deputada faleceu aos 37 anos, na madrugada do último dia 27, depois de haver discursado num ato público em sua cidade no Piauí, em consequência de um aneurisma cerebral.

Casada, dois filhos, Francisca apresentava-se como candidata à Prefeitura de Teresina.

Como Deputada Federal mais votada daquele Estado, com 165.190 votos, era um grande orgulho não só para o PT, mas para todos aqueles que defendem a democracia.

Ficam registradas as manifestações de solidariedade dos Líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante.

Devido ao protocolo, em nome da Mesa do Senado da República, registro nossa solidariedade à família de Francisca Trindade, que entra para a História como uma pessoa marcante. Tenho certeza de que todos que conheceram a Deputada e sua história dirão que ela morreu, mas suas idéias, suas propostas e seus ideais permanecerão sempre vivos, principalmente a defesa que fazia do campo social.

Era o que tinha a dizer em nome da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em votação os Requerimentos nºs 618, 619 e 620, de 2003, lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heclito Fortes.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti e a Sr^a Senadora Iris de Araújo enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se há algum feito na área de saúde de que nós, brasileiros, possamos nos orgulhar, este, com certeza, leva o nome de Hospital do Câncer. Com sede em São Paulo, a instituição celebrou, em abril último, 50 anos de existência, reiterando disposição para comemorar muitos mais anos pela frente. Pelo menos, foi essa a mensagem que, ao povo brasileiro, endereçou a Rede Voluntária de Combate ao Câncer, ao confirmar apoio incondicional à causa humanitária do Hospital.

Antes de qualquer coisa, nunca é demais frisar que a Rede Voluntária desempenha, por motivação puramente filantrópica, papel crucial no processo de arrecadação de recursos e assistência aos doentes do Hospital do Câncer. Nesse espírito, sua generosidade tem ultrapassado os níveis da mesura socialmente protocolar, para adquirir a dimensão da dedicação infatigável ao próximo.

Comprometido com essa dedicação humanitária, o surgimento do Hospital do Câncer nos anos 50 concretiza-se de modo independente, desvinculado de qualquer ligação com instituições oficiais de saúde, sem respaldo financeiro de qualquer organização, tampouco patrocínio de imigrantes. Pelo contrário, naquela ocasião, o foco comunitário despertou o interesse da população paulistana pela viabilização da instituição, do que lhe resultou uma mobilização popular extraordinária em busca dos recursos financeiros. Graças a tal envolvimento, o cidadão de São Paulo pôde à época contar, de imediato, com um corpo profissional de quase 100 especialistas, entre clínicos, cirurgiões, radioterapeutas, laboratoristas, além de 35 enfermeiras.

Nos dias de hoje, do ponto de vista da formação profissional, o Hospital paulistano tem treinado a elite de oncologistas no Brasil. No conjunto, são mais de 700 médicos de especialidades as mais variadas, com quem várias das capitais brasileiras contam para efetivar, regionalmente, tratamento de alto nível. Ao médico do quadro efetivo, por sua vez, disponibiliza-se o desenvolvimento de pesquisas baseadas no arquivo médico do Hospital, graças às quais se pode analisar historicamente o itinerário do câncer na região subequatorial. Por isso mesmo, além de um centro cirúrgico, um ambulatório, uma sala de curativos, um setor de radioterapia e um bom laboratório, prevalece uma filosofia que se pauta em dar ao paciente o que de melhor existe no mundo.

Sr. Presidente, nas últimas décadas, no entanto, com os incessantes avanços tecnológicos na área, não tem sido fácil a transferência desse conhecimento para o campo médico dos países em desenvolvimento. No Brasil, o desafio tem sido enorme, exigindo do corpo médico um acompanhamento científico e tecnológico quase impossível. Enquanto a geração atual de médicos se depara com o declínio da era das clássicas quimioterapia, radioterapia e cirurgia, a próxima, com certeza, manipulará conhecimentos sofisticados da biologia molecular e da genética, favorecendo sistemas terapêuticos menos invasivos e mais preventivos. Para efetivar o preparo para tamanha transformação, a administração hospitalar necessitará, certamente, de intenso apoio e assistência de toda a sociedade brasileira, para quem, aliás, o Hospital é objeto de explícito orgulho.

Por isso mesmo, nada mais oportuno do que enfatizar o reconhecido interesse histórico do Hospital do Câncer pela catalogação de informações sobre a doença, a partir da qual se pôde erguer um respeitável arquivo científico. Dispondo, atualmente, de 400 mil fotos e desenhos em seu acervo, além do arquivo médico com 300 mil casos registrados, a biblioteca do Hospital é considerada umas das mais completas na área de oncologia. Isso, evidentemente, exerceu enorme impacto sobre a imagem da instituição no exterior, culminando na sua feliz parceria com o renomado Instituto Ludwig de Pesquisa sobre o Câncer, da Suíça.

Não por razões fortuitas, a parceria com a instituição suíça rendeu-lhe, nos anos noventa, uma das mais exitosas experiências de pesquisa. Refiro-me à participação da equipe técnica do Hospital no Projeto Genoma do Câncer, por cujas contribuições, vale acrescentar, não recebeu qualquer recurso financeiro do portentoso consórcio internacional. Além da projeção internacional das pesquisas, suas aplicações práticas convertem-se paulatinamente em realidade, pois as seqüências genéticas ajudam a decifrar a estrutura básica dos tumores, contribuindo para a descoberta de novos tratamentos e métodos de prevenção e diagnóstico.

Acima de tudo, cumpre realçar o aspecto mais enobecedor do Hospital do Câncer, que se configura na conduta filosófica adotada. Com o lema “a pessoa antes da doença”, sua equipe privilegia o paciente com câncer, e não o câncer *per se*. Isso necessariamente se reflete na política de investimentos do Hospital, que inverte os padrões econômicos industrialmente estabelecidos e aposta na criação de um pioneiríssimo Centro de Convivência dentro de suas ins-

talações. Seu objetivo consiste em motivar e melhorar a qualidade de vida dos pacientes, oferecendo-lhes atividades diversas, como é o caso da internet, cinema, salão de beleza, ioga e pintura. Tal iniciativa é um marco na história terapêutica do câncer, reforçando com sucesso as características fundadoras da filosofia do Hospital.

Em outras palavras, com a implantação do Centro de Convivência, o Hospital pôde oferecer aos pacientes mais que um tratamento, pôde oferecer-lhes o resgate da sensação de vida e auto-estima. Isso, naturalmente, só se consumou mediante o trabalho do excelente corpo clínico e a experiência inovadora das parcerias. Não por acaso, o Hospital do Câncer é reconhecidamente a instituição que provê à sociedade a melhor qualidade de tratamento, respeitando os direitos humanos dos pacientes e possibilitando-lhes a manutenção da dignidade, num País que ainda emerge na periferia do desenvolvimento.

Ao lado disso, merece impecável registro o Centro de Alta Complexidade em Oncologia Pediátrica, de cuja equipe multidisciplinar fazem parte especialistas em pediatria, radioterapia, cirurgia pediátrica, endocrinologia, nefrologia, odontologia e outros. Trata-se de um sofisticado aparelhamento terapêutico que se destina a atender a todos os tipos descritos de tumores infantis. Isso só pôde ser realizado graças ao processo incessante de modernização do Hospital do Câncer, que proporcionou a renovação tecnológica da radioterapia. Na mesma linha, em 2002, instalou-se o Millenium VG Hawk Eye, que nada mais é que o mais avançado aparelho no diagnóstico e no combate à doença, detectando marcadores radioativos no corpo e identificando o ponto exato em que está localizado o tumor.

Nesse ano de 2003, ainda, o Hospital do Câncer promete concluir a primeira etapa de um ambicioso projeto em nível nacional. Trata-se da inauguração de uma série de instalações e equipamentos inéditos no País, no meio dos quais se destaca o mais completo Centro Cirúrgico e UTI para câncer da América Latina, além de um avançado complexo de radioterapia. Aliás, o projeto, cuja implantação integral se consumará em 2005, consolidará o único centro latino-americano formador de especialistas em novíssimas tecnologias de radioterapia e física radiológica.

Por último, não poderia furtar-me a, mais uma vez, reconhecer o excepcional trabalho executado pelas mulheres da Rede Voluntária de Combate ao Câncer. Instituída pela memorável Carmen Prudente, conquistou posição modelar nos parâmetros de atuação das sociedades filantrópicas no Brasil. Ostentan-

do, hoje, um quadro de 400 voluntárias, exerce papel crucial nos corredores do Hospital do Câncer, oferecendo apoio e assistência a pacientes e a visitantes. Para concluir, presto homenagem sincera aos 50 anos deste honroso Hospital, reiterando sentimentos de congratulação a sua administração e a todo seu corpo de profissionais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acaba de revelar dados preocupantes sobre a situação do trabalho no País. De janeiro a junho deste ano, o número de desempregados no país aumentou em 443 mil pessoas. No semestre, a taxa de desemprego ficou em 12,2%. Em junho, o desemprego voltou a subir, atingindo 13%.

É a maior taxa já registrada desde que foi iniciada a nova Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, em outubro de 2001. No mês anterior, havia ficado em 12,8%. No mesmo período do ano passado, tinha sido de 11,6%. A taxa era de 10,5% em dezembro. Ou seja: houve um aumento de 2,5 pontos percentuais desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 12 meses, o saldo de vagas geradas foi de apenas 867,4 mil pessoas, revela a Agência Folha.

O rendimento do trabalhador teve a sexta retração consecutiva. A queda foi de 13,4% em comparação com junho do ano passado. Nos seis meses do governo Lula, comparando janeiro e junho deste ano, o recuo foi de 3,8%. A informalidade também cresceu. O emprego com carteira assinada caiu 2,1%, enquanto a ocupação sem carteira cresceu 2,3%.

Sr. Presidente, desde 1998, quando o Brasil foi forçado a se curvar diante das pesadas exigências do Sistema Financeiro Internacional e teve de desvalorizar bruscamente o real em 30%, a economia nacional encolheu, a indústria entrou em crise, o mercado de trabalho extinguiu milhares de empregos e a taxa de desemprego não parou mais de crescer.

Para piorar ainda mais a situação, três anos depois, aconteceu a crise na Argentina, nossas exportações em direção daquele país despencaram, o Mercado Comum do Cone Sul, o Mercosul, quase acabou. O desemprego acelerou o ritmo de crescimento e o Brasil esteve prestes a entrar em colapso.

Para nos situarmos melhor diante da evolução da crise do emprego e do desemprego em nossa economia, convém retomar dados importantes referentes aos seis primeiros anos da década de 1990.

Pois bem, segundo dados oficiais, entre janeiro de 1990 a junho de 1996, as empresas brasileiras suprimiram dois milhões e sessenta mil empregos. De acordo com o IBGE, naquele período, a População Economicamente Ativa passou de quase 65 milhões de pessoas para um pouco mais de 74 milhões de trabalhadores. Como podemos observar, nesse mesmo espaço de tempo em que mais de 2 milhões de empregos foram extintos, quase 10 milhões de jovens bateram às portas do mercado de trabalho e como não foram absorvidos em sua totalidade, certamente tiveram de migrar em massa em direção do mercado informal.

No que se refere à chamada “economia disfarçada”, é difícil adiantar números mais ou menos precisos sobre o tamanho desse mercado que funciona à margem da atividade formal do sistema capitalista, não paga impostos e tem suas regras próprias. Todavia, segundo alguns economistas, a “economia subterrânea” pode movimentar cerca de 35% do nosso Produto Interno Bruto, sem que a Receita Federal e o Sistema de Previdência tenham qualquer participação nessa montanha de dinheiro que é gerada a cada ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após esses rápidos comentários já é possível dimensionar o tamanho da preocupação que o atual Governo está tendo em relação ao crescimento do desemprego. Ainda mais agora, com as revelações nada animadoras trazidas pelo IBGE.

Os números são ainda mais dramáticos se formos adotar o método utilizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o Dieese. Seus termômetros apontam para uma taxa em torno de 20%, somando o chamado desemprego aberto com o desemprego oculto, o que torna o quadro ainda mais inquietante.

Segundo levantamento recente realizado pela empresa Tendências Consultoria Integrada, existem no Brasil cerca de 33 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, dos quais 18,5 milhões estão no mercado de trabalho e 3,6 milhões estão desempregados. A taxa média de desemprego nesse universo é de 19%. Para o IBGE, na faixa etária entre 18 e 19 anos, a taxa sobe para 20%. Na opinião da empresa de consultoria citada, em todos os países, a taxa de desemprego entre os jovens é duas a três vezes maior que entre os trabalhadores mais maduros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diversos estudos e pesquisas de opinião têm demonstrado que a maior preocupação do brasileiro é o desemprego, apontado sempre pela maioria dos entrevistados como o problema número um do País,

mais grave do que a violência, que cresce em proporções assustadoras.

Vez por outra, os telejornais exibem cenas chocantes de dezenas de milhares de pessoas desesperadas nas filas, buscando a qualquer custo uma inscrição em concursos cujo número de vagas é insignificante e cuja probabilidade de o candidato conquistar uma é até menor do que ganhar na mega-sena.

Recentemente, no Rio de Janeiro, milhares de brasileiros se espremiavam desesperados, sob um sol escaldante, na fila de inscrição para um concurso de gari. Foram cenas patéticas, colocadas cruamente nos lares de milhões de pessoas pelo noticiário da televisão, mostrando o drama daquela multidão em busca de um modesto emprego. Em Goiânia, minha cidade, a cena se repetiria, com milhares de desempregados na fila em busca de trabalho numa rede de hipermercado. Sem dúvida alguma, o avanço do desemprego está destruindo a auto-estima do povo brasileiro e corroendo as frágeis estruturas de sustentação do nosso edifício econômico e social.

Apesar da grave situação que estamos presenciando na economia e no mercado de trabalho, justiça seja feita, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tem cruzado os braços. Muito pelo contrário, reconhecidamente identificado com o sofrimento dos mais pobres, porque inclusive veio das camadas mais desprotegidas de nossa população, em vários encontros nacionais e internacionais não tem perdido as oportunidades para alertar os países ricos, que precisam, segundo ele, assumir urgentemente uma posição de maior engajamento contra a fome, contra a miséria e contra o desemprego, sobretudo nos chamados países em desenvolvimento.

O Presidente Lula conhece exatamente as dimensões do drama social da maioria e sabe perfeitamente que a massa de desempregados e subempregados chega a mais de 1 bilhão de pessoas em todo mundo. Por esse motivo, não tem poupado críticas veementes ao modelo neoliberal em vigor na maioria dos países e ao processo excludente de globalização, que tem deixado milhões de pessoas à margem dos benefícios e dos progressos científicos e tecnológicos.

Por outro lado, em nível governamental, juntamente com os ministros da área econômica e social, tem sido incansável na busca de idéias concretas e projetos que permitam, em médio prazo, a geração de empregos e a diminuição da taxa de desemprego. Nesse sentido, as primeiras iniciativas já foram lança-

das. No início deste mês, em Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional, surgiu o Programa Primeiro Emprego, que prevê a destinação de 139 milhões de reais do Orçamento para alavancar os seus primeiros objetivos. Na opinião do Ministro do Trabalho, existe a possibilidade de que, em um ano, com a liberação dos recursos solicitados, sejam criados 250 mil empregos. É importante lembrar igualmente que o Programa já começou com 6.280 empregos, sem nenhuma contrapartida do Governo. Esses postos foram garantidos por empresas privadas, empresas estatais e empresas mistas, que passaram a figurar na ação governamental como agentes diretos da chamada Responsabilidade Social. Outras iniciativas na mesma direção já estão praticamente definidas pelo Ministério do Trabalho.

Especialmente, é preciso destacar as possibilidades do chamado Terceiro Setor como fonte geradora de empregos através das organizações não-governamentais.

De acordo com as estatísticas, nos primeiros cinco anos da década de 1990, enquanto o crescimento do emprego na economia brasileira foi de 20%, no terceiro setor, a média foi de 44%. Os analistas garantem igualmente que, ao contrário dos outros setores da economia que estão cada vez mais dispensando mão-de-obra, o terceiro setor, pelo contrário, necessita cada vez mais de pessoas.

Eles adiantam que esse dinamismo vem da constante transferência de renda de pessoas físicas, jurídicas e do próprio Governo, em direção às ONGs. Assim, com esse fluxo de capital, realiza-se naturalmente um processo saudável de distribuição de renda, uma vez que os recursos advindos de outros segmentos da sociedade acabam gerando emprego e, conseqüentemente, renda para uma significativa parcela da população.

Diante da conjuntura já quase recessiva provocada pelas altas taxas de juros, pelas dificuldades de crescimento da economia e pela implacável lógica do mercado, é importante que as autoridades governamentais olhem com mais profundidade para o Terceiro Setor, que poderá ser uma saída importante contra o drama do desemprego e uma área estratégica para o nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, é imprescindível que o Brasil se una em face do desafio de superar as suas gritantes desigualdades sociais, retomar o ciclo do crescimento e buscar alternativas concretas tendo em vista a geração de emprego e renda. Neste sentido, torna-se

urgente implementar e permitir a dinamização das micro, pequenas e médias empresas, cooperativas, o setor do turismo e a construção civil. Como sabemos, todos eles são comprovadamente dinâmicos na geração de novas oportunidades de trabalho.

É preciso, com criatividade e determinação, criar estímulos e incentivos que fomentem o nosso mercado interno, fazendo uma aposta decisiva na produção, acreditando nas potencialidades de nosso povo e dando um basta ao desemprego, esse flagelo que leva as nossas famílias à ruína.

Está na hora de agir e fazer, Sr. Presidente. Está na hora de gerar trabalho para devolver a felicidade ao nosso povo.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência vai levantar a sessão, em cumprimento à deliberação do Plenário.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 51 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE,
NA SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
DE 16-7-2003, QUE, RETIRADO PELO
ORADOR PARA REVISÃO, PUBLICA-SE
NA PRESENTE EDIÇÃO.**

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou de volta a esta tribuna para cumprir o compromisso que assumi, ontem, de dar continuidade ao debate que iniciamos, a partir da intervenção de alguns Líderes, especialmente do PSDB. S. Ex^{as} fizeram um balanço, utilizando como referência um panfleto – que não chega a ser propriamente um documento – apresentado ontem pelo PSDB, com críticas ao atual Governo. Do meu ponto de vista, as críticas são inaceitáveis. Por isso, sinto-me na obrigação de aprofundar o debate.

Lamento que o Senador Arthur Virgílio não esteja presente. Tínhamos nos comprometido ontem. Seguramente, S. Ex^a teve compromissos inadiáveis. Tenho certeza de que estará sempre disponível para um debate qualificado, que é o que temos procurado fazer.

O documento do PSDB começa dizendo que o Governo é incoerente, confuso, fisiológico e incompetente. Trata-se de um panfleto fraco, frívolo e fajuto. Difícil aceitar, em primeiro lugar, o diagnóstico que parte de um raciocínio desonesto sobre a origem da crise. O panfleto diz, basicamente, que a origem da crise econômica foram as eleições e a possibilidade de vitória do Presidente Lula e que todas as dificuldades do País começaram exatamente no ano das eleições.

Sr. Presidente, não é verdade. Se analisarmos, não os dados de 2002, mas os dados de 2001, vamos observar que a crise já estava presente de forma aguda, exatamente, pelo descalabro da política econômica que tivemos durante os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O déficit de transações correntes, que era de US\$1,8 bilhão em 1994, em 2001 já era de US\$23 bilhões. Era essa necessidade de financiamento externo que gerava vulnerabilidade, instabilidade, turbulência e insegurança da economia brasileira. Esse quadro se agravou no ano de 2002, com o episódio da crise financeira internacional e com o colapso da economia argentina.

A relação entre dívida externa e produto interno bruto, em 1994, era de 27%. Em 2001, já era de 41%. Praticamente dobraram, ao longo do período, a dívida e a relação percentual referente ao PIB.

Sr. Presidente, a dívida pública, em 1994 era de R\$ 61 bilhões e 800 milhões; em 2001, era de R\$ 624 bilhões. Portanto, 900% a mais, tendo passado de 17% para 52% do PIB ao longo desse período.

Alguns podem dizer, para que tantos números? Os números são oficiais, não mentem, são inconteste e falam por si mesmos.

Acho que deveria haver um pouco mais de cuidado, de humildade, de seriedade ao se fazer um balanço do que foram esses seis meses de governo, para que possamos discutir, de forma qualificada e aprofundada, alternativas ao desenvolvimento.

Lerei agora, Sr. Presidente, o trecho de um artigo do jornalista Elio Gaspari, que não é propriamente um simpatizante do PT:

Os números da ruína tucana.

No ano em que se comemora o grande êxito do reinado de Dom Manuel, o Venturoso, percebe-se que o Brasil é Governado por Fernando, o Ruinoso. (...) Em cinco anos de Governo, Fernando Henrique Car-

doso produziu ruína econômica. (...) O que seu Governo mais tem feito é negar a realidade. Passou quatro anos cevando um câmbio artificial. Torrou cerca de 6% do PIB, vendendo o patrimônio da viúva, para sustentar o dólar barato. (...) Fernando Henrique Cardoso arrochou os gastos sociais e elevou a carga tributária acima do patamar mágico dos 30% para pagar aos gatos gordos da banca juros anuais equivalentes ao PIB chileno. (...)

Não é o PT falando, muito menos um jornalista simpático à nossa causa. E poderia citar muitas passagens para fazer um balanço desse período.

O documento diz que o Governo é incoerente. Pergunto: como pode um Presidente que disse “esqueçam o que escrevi” falar de incoerência política?

Diz ainda que o Governo Lula é confuso. Como pode dizer isso se o Governo Fernando Henrique Cardoso manteve uma política cambial fixa no período em que Gustavo Franco esteve à frente do Banco Central, depois tentou a banda diagonal endógena, defendeu o câmbio flutuante e hoje, inclusive, elogia a política econômica atual? Confusa foi a política econômica desse período e as consequências que herdamos.

O documento fala em fisiologismo. O Brasil inteiro assistiu às condições em que foi aprovada a reeleição, que, talvez, tenha sido o maior “show” de fisiologismo de toda a história documentada do País.

Fala em incompetência. Vamos analisar as privatizações e as consequências do programa de privatização. Lerei uma outra passagem do Elio Gaspari, porque hoje me reconciliei com sua coluna, sobretudo com a defesa que ele fez da política externa brasileira e da presença do Presidente Lula na Inglaterra, onde ele diz: “O apagado pagará pelo apagão”. Começa assim:

Quando resolveram privatizar as estatais do setor elétrico, os sábios do “tucanato” prometeram mais investimentos e menos serviços. Interessados em atrair dólar para sustentar o populismo cambial, ofereceram aos eventuais compradores contratos que cobriram quaisquer riscos, garantiram tarifas e aceitaram moedas podres. Passados sete anos, a política de energia do Governo resultou em aumentos de tarifas, dois apagões continentais e um racionamento africano.

Portanto, eu diria que isso, sim, foi incompetência, o modo como foram estabelecidas as agências de regulação, o processo de privatização, o marco regulatório, que tantas seqüelas deixaram, e onde o País ainda enfrenta imensas dificuldades.

O Governo anterior diz que estabilizou a economia. No entanto, em dezembro de 2002, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado) equivalia a uma inflação anual de 28,3% e o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) atingia 55,6%.

Vamos fazer o balanço dos últimos seis meses: o IPCA anualizado de junho é de 1,79%. O IPCA anualizado de dezembro a junho era de 28,3% e passou para menos 1,7%. Quando olhamos o IGPM, uma inflação anualizada que era de 55,6% passou para -11,4% em junho.

Esse é o resultado na política de estabilização da economia, necessária nessa primeira fase que, evidentemente, requereu uma política fiscal rigorosa e uma política monetária dura e necessária para reverter o quadro de aceleração inflacionária e instabilidade, que com grande sacrifício conseguimos atravessar.

Analisarei o risco-país. Em dezembro, era de 1.530 pontos; em setembro, antes de o Presidente Lula ser eleito, era de 2.303 pontos; em junho passado, havia caído para 846 pontos. Isso tudo mostra a consistência e a dedicação que permitiram superar uma gravíssima situação, gerada porque os gestores da política econômica anterior, ao falarem que o Brasil poderia virar Argentina, que o Serra deveria ser eleito ou seria o caos, patrocinavam a estabilidade e a insegurança. O Brasil pagou um preço muito alto por isso, sobretudo no processo inflacionário, na deterioração financeira e das contas públicas. Essa é a verdadeira razão do agravamento do quadro econômico durante o processo eleitoral. Se tivéssemos tido um debate qualificado programático e construtivo, seguramente o Brasil teria superado o problema, apesar da herança que veio de 2001 – como demonstram os dados que apresento – com muito mais segurança para preparar o início do próximo Governo.

Sr. Presidente, não posso aceitar algumas passagens deste documento do PSDB, que falam de estelionato eleitoral. Ora, quem não se lembra dos cinco dedos do Fernando Henrique Cardoso prometendo, entre outras coisas, emprego, segurança, educação e saúde? A história econômica está aí para demonstrar

qual foi o resultado dessa política. O melhor julgamento foram as urnas das últimas eleições.

Mas, Sr. Presidente, diferentemente do Governo anterior, em vez de ficarmos com análises apressadas e superficiais gostaria de fazer uma comparação entre dois pássaros: o tucano e a coruja. Em Hegel, a coruja é apresentada como símbolo da sabedoria. E Hegel afirma que a coruja só voa ao entardecer, porque exatamente o tempo é uma condição fundamental para o conhecimento, para a sabedoria e para as decisões pensadas, refletidas e seguras. Penso que a coruja inspira mais a política do que o tucano. Este é um pássaro bom de bico, mas de vôo curto. Eu diria que é um pouco o retrato do relatório apressado, açodado, pouco humilde e, portanto, pouco sério que foi apresentado ao País ontem pelo Presidente nacional do PSDB e por outras lideranças do Partido.

Mas não podemos fazer política olhando para trás. Se querem fazer balanço, estamos aqui para comparar. Não seis meses com seis meses, mas oito anos. Hoje, o Presidente Fernando Henrique Cardoso diz em entrevista que não se pode fazer muito em quatro anos.

Ora, se ele tenta justificar o seu Governo, dizendo que não podia fazer muita coisa em quatro anos ou em oito anos, que era pouco tempo – porque, na realidade, o projeto original do “tucanato” eram 20 anos de governo –, como julgar de forma apressada, sem dados mais cuidadosos, sem uma análise mais substantiva, sem, eu diria, o espírito público que predominou na transição entre esse novo Governo e o anterior?

Aqui neste plenário em muitas ocasiões tem predominado uma discussão mais qualificada, mais respeitosa e mais construtiva, pois a Oposição tem o papel fundamental de apresentar críticas, de apontar insuficiências, de buscar correção de rumos. E como fomos oposição durante tanto tempo e, como oposição, tivemos um papel fundamental na luta pela democratização, vamos ouvir sempre com atenção as críticas da Oposição, quando sejam feitas com serenidade, responsabilidade e de forma positiva. Mas se querem fazer um confronto, nós estamos prontos.

Vamos analisar outros resultados desse período de seis meses. Nós estamos colhendo uma safra de 120 milhões de toneladas de grãos, um aumento em mais de 24% da safra. Quanto ao milho, são 46 milhões de toneladas; a soja, 52 milhões de toneladas. O Brasil é atualmente o segundo produtor de soja do mundo e, provavelmente, será o maior exportador em 2004. É o maior produtor e exportador de açúcar e o maior produtor de café, assim como o maior exporta-

dor de suco de laranja. Além disto tem o maior rebanho comercial do mundo.

Nossa agricultura é eficiente, competitiva e vem crescendo de forma fantástica. Poucos países no mundo podem apresentar um aumento de safra de 24% no período de um ano.

Nós temos, ainda, 90 milhões de hectares para serem utilizados; 220 milhões de hectares para a pecuária, que podem ser utilizados aumentando a produtividade, a eficiência e o trato intensivo da pecuária de corte. Portanto, o Brasil ainda dispõe de fronteira agrícola, tem como aumentar a produtividade.

O **Moderfrota** foi um programa do Governo anterior que este Governo manteve. Inclusive agora o estende, com a criação do **Modercarga**, para a compra de caminhões, devido ao seu êxito; porque não basta somente comprar tratores e equipamentos agrícolas, precisamos também melhorar as estradas, a estrutura de transporte e a frota de veículos, para aumentar a eficiência da agricultura e da economia.

Esse resultado da agricultura é o resultado do Brasil. O Governo anterior teve participação? Sim. E este Governo tem dado um salto de qualidade ao aumentar em 25,6% a verba para a agricultura: R\$32 bilhões; ao repactuar toda dívida agrícola, dos pequenos aos grandes produtores, colocando mais recursos, entendendo que o Brasil tem um nicho promissor nessa produção agropecuária e que a nossa agricultura, o agronegócio, deve gerar um superávit de US\$23 bilhões este ano. Portanto, com competência, com sabedoria, negociando de forma eficiente e dura o espaço para a agricultura, combatendo o subsídio dos Estados Unidos, da Europa, as barreiras não tarifárias que, hoje, obstruem a produção agrícola, estamos fortalecendo um setor chave em nosso comércio exterior.

Há uma diferença adicional: nós estamos priorizando também a agricultura familiar. O plano de safra aumentou em R\$5,4 bilhões o crédito para a agricultura familiar, diversificando os programas, tanto para investimento quanto para custeio. Com isso a agricultura familiar pode crescer junto com a agricultura empresarial, gerando emprego e estabilizando o campo.

Os críticos falam do problema da reforma agrária. Vou ler mais um pouco do Elio Gaspari, que hoje me inspirou muito. Diz ele: “A reforma agrária do tucanato”.

(...)

Entre 1992 e 1998, quem tinha muita terra ficou com mais, e quem tinha pouca, ficou com menos. Aos números:

As propriedades com mais 2.000 hectares, que ocupavam 43% da área de imóveis rurais, expandiram-se, passando a 56,3 milhões de hectares. (cresceram uma França).

As grandes propriedades, nesse período do Governo Fernando Henrique Cardoso, tomando-se só as 262 propriedades com mais de 50 mil hectares expandiram sua área em 13,5 milhões de hectares. (Uma Grã-Bretanha.)

As propriedades com menos de dez hectares caíram de 1,4% para 1,3% da área total dos imóveis rurais. A sua área bruta expandiu-se menos que as megapropriedades.

Não vou me alongar no tema da reforma agrária, mas para mostrar que é essa a herança que recebemos, a ausência de uma política agrícola que apóie a agricultura familiar e de uma reforma agrária que não seja apenas a manchete fácil do assentamento, mas infra-estrutura: 85% dos assentamentos no Brasil não têm energia elétrica, não têm estrada, não têm postos de saúde e de educação; 83% desses assentamentos não têm viabilidade econômica. E quando repactuamos a dívida dos 100 mil assentados para 18 anos com juros de 1,5% e criamos o plano de safra para agricultura familiar, estamos dando exatamente condições para que os assentamentos se viabilizem, produzam e contribuam para uma reforma agrária que tenha sustentabilidade econômica e social. Que não seja apenas o discurso fácil de quem quer criminalizar o movimento social, como se isso resolvesse o problema da violência no campo. O que vai levar paz ao campo é uma agricultura próspera, como está acontecendo no Brasil; o que vai levar paz ao campo é o apoio à agricultura familiar; o que vai levar paz ao campo é a capacidade de diálogo, de negociação que esse Governo introduziu na agenda nacional. E o que é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social senão a oportunidade de participação de toda a classe empresarial, trabalhadora, as entidades da sociedade civil? É preciso negociar, é preciso tolerância, é preciso diálogo, sobretudo quando nós tratamos dos movimentos sociais e de uma parcela de excluídos. Eles têm que respeitar a lei, eles e os grandes! Não se pode falar em violência no campo e não se falar das milícias dos fazendeiros, não se falar da impunidade, dos assassinatos de trabalhadores no

campo sem que praticamente nunca os mandantes e os pistoleiros tenham sido punidos.

Então, se nós queremos paz no campo, e esse Governo quer, é preciso reforma agrária, é preciso política agrícola, é preciso que esse resultado exuberante da agricultura brasileira chegue também à agricultura familiar. Nós temos terra, nós temos recursos naturais, nós temos condições de gerar emprego no campo. E é disso que trata a mudança da política agrícola e agrária deste Governo.

Quero falar de outras áreas absolutamente fundamentais em relação à mudança de qualidade: o BNDES. Por que não é mais necessário privatizar e vender 76% do patrimônio público? Nós não temos mais que sustentar uma âncora cambial artificial. Foi a âncora cambial, o desequilíbrio nas contas externas e o déficit de transações correntes, que em 2001 – não vamos falar em 2002, porque o documento diz que em 2002 foi a eleição – alcançou US\$23 bilhões. Hoje, o déficit transações correntes em doze meses chegou a apenas US\$ 600 milhões, o melhor resultado desde outubro de 1994, sendo que em maio de 2002 alcançava US\$ 19,1 bilhões. Hoje não precisamos tanto de dinheiro novo, porque o Brasil nesses seis meses tem o segundo maior superávit comercial do planeta, excetuando-se os grandes exportadores de petróleo. E não me venham dizer que o superávit é porque as importações não cresceram. Não é verdade! As exportações é que se expandiram 30%, e vão crescer pelo menos 10% até o final do ano. Isso, em um ano que a União Européia está crescendo 0,4%, e os Estados Unidos 1,4%. Este último país saiu de um superávit primário de US\$72 bilhões para um déficit de US\$455 bilhões, em dois anos. Mesmo com uma taxa de juros de 0,75% a economia norteamericana ainda não conseguiu reagir.

O comércio internacional está crescendo 1%, enquanto o Brasil estará aumentando suas exportações em, pelo menos, 10% este ano. É por isso que nós reduzimos a vulnerabilidade externa, e menos vulnerabilidade externa significa menos necessidade de financiamento. Com menos necessidade de financiamento não se precisa vender o patrimônio nacional estatal e o BNDES financiar grandes empresas estrangeiras, sem garantias, podendo utilizar o pouco dinheiro disponível para o financiamento da infra-estrutura. Não precisa tampouco transferir o patrimônio estatal e nacional para grupos estrangeiros, alguns de duvidosa solidez econômico-financeira, como a AES, e tantos outros.

Há uma crítica no documento, dizendo que o Governo Lula atrasou o caminho para a autonomia da produção do petróleo. É inacreditável que partidários de um Governo, durante o qual todos assistiram ao afundamento da P-36 – US\$1 bilhão afundado no mar –, venham criticar o fato de, em vez de importarmos plataformas de petróleo, as estejamos construindo nos estaleiros nacionais! Com isso, geramos empregos, dinamizamos a economia, melhoramos as contas externas e ganhamos autonomia com a apropriação de tecnologias e o fortalecimento dos estaleiros, hoje com onze embarcações em construção e a manutenção de mais de dez mil empregos. Estamos avançando decididamente para a recuperação da frota que o país perdeu ao longo de vários anos de descaso para com a nossa marinha mercante.

O meu tempo está se encerrando e vou concluir; do contrário, eu ainda poderia falar do microcrédito, do Banco do Povo e da queda da taxa de juros, que o mercado já projeta para pelo menos 20% ou 18% até o fim do ano – uma queda sustentável pelo resultado da inflação que foi conquistado. Enfim, eu poderia falar e vou falar amanhã, pois voltarei a esta tribuna – de outras realizações, especialmente do Programa Fome Zero, ponto por ponto. Vamos fazer um balanço sério e qualificado sobre esses temas.

Há uma omissão inaceitável no balanço que o PSDB faz: não toca sequer no tema da política externa. Sabem por quê? Porque este Governo mudou para melhor a inserção internacional do Brasil, aumentou sua credibilidade e presença e tem contribuído para alcançar maior grau de reconhecimento de sua importância. Recompôs o Mercosul, buscou e construiu uma liderança na América do Sul como nunca tivemos na História do País, reconhecida por todos os parceiros. Contribuiu para a estabilidade política de países instáveis no nosso entorno. Este Governo colocou temas novos na agenda internacional. Tem aberto mercados nas nossas negociações comerciais, ganhando credibilidade e prestígio.

Sr. Presidente, quero concluir fazendo uma última consideração. Eles dizem que as forças políticas que negociaram a transição pacífica do autoritarismo para a democracia assumiram os encargos da democratização: a reconstrução do estado de direito, o combate à inflação, a reorganização do Estado, a har-

monização da economia. “A tudo isso se opôs de forma mais barulhenta e intransigente o PT”.

Sr. Presidente, caminhemos para um debate qualificado, reconhecendo os interlocutores, como reconhecemos na transição o Governo anterior, como reconhecemos aquilo de positivo do Governo anterior e que será mantido, será fortalecido. Fico satisfeito de elogiar o fato de quadros do PSDB estarem na administração atual. Nós não pedimos carteirinha a ninguém. Quem é competente, quem tem qualificação, seja qual for sua origem partidária, tem lugar no Governo, por seu mérito. Fico muito satisfeito de reconhecer isso. Mas dizer que o PT não tem contribuição na construção da história da democracia deste País não é sério, não é justo, não contribui para o diálogo nem para o debate.

Quantos companheiros nossos foram mortos lutando pela democracia! Quantos foram presos, torturados, censurados, exilados! Eu sei o que significou na história da minha geração a luta pela democracia neste País, sobretudo na história do meu Partido. Quantos companheiros ficaram no caminho lutando pelas liberdades democráticas, lutando pelo estado de direito, pelo pluralismo partidário! Por tudo isso, nós queremos um debate qualificado! Escolham o caminho, escolham os argumentos, porque estaremos aqui prontos para debater no campo que os adversários escolherem.

Prefiro discutir o futuro. Quero – a democracia exige e o Governo espera – da Oposição críticas que apontem problemas, dificuldades, obstáculos para que possamos corrigir, aprimorar e melhorar. Não é possível haver a intolerância do passado, a prepotência e o autoritarismo que, tantas vezes, marcou o diálogo entre Oposição e Governo.

Se querem um balanço, nós o faremos. Vamos comparar os oito anos anteriores com os seis meses do atual Governo, porque já existe muito a apresentar do que o País está fazendo, da esperança que está nas ruas, da credibilidade que este Governo conquistou internacionalmente e da perspectiva de mudança que estamos iniciando.

Sugerimos que, na condição de Oposição, construam a esperança e a mudança e proponham alternativas, sugestões construtivas e não uma colcha de adjetivos precários, insuficientes, injustos, açodados e inconsistentes.

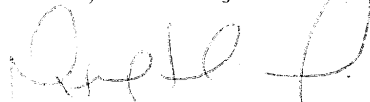
Muito obrigado.

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4399, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.547/03-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO EDUARDO CARVALHO CÂMPERA**, matrícula n.º 34.309, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Hélio Costa, a partir de 01 de agosto de 2003.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4400, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.548/03-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELLO MEDRONHO SIGWALT** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hélio Costa.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



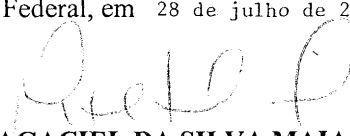
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4401 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.610/03-1,

R E S O L V E exonerar **LUCIANA CLÁUDIA SALZANO COSTA OLIVEIRA**, matrícula n.º 33.520, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Sérgio Guerra e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



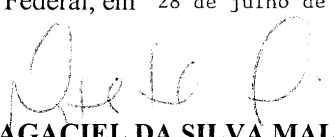
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4402 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013611/03-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALDENIZE PEREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Guerra.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



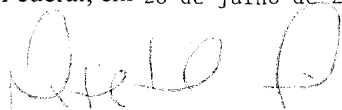
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4403 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013608/03-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LOURENÇO CASTRO DOS REIS JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Augusto Botelho.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



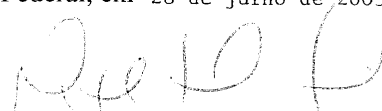
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4404 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013589/03-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ORLANDO LIMA DA ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4405 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011658/03-7**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4088, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2778, de 24/06/2003, que nomeou **JOSÉ ORLANDO LIMA DA ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



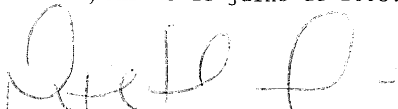
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4406 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.566/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MICHEL FERNANDO BARTH** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gerson Camata.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4407 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.541/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DO ROSÁRIO RODRIGUES MENEZES** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romeu Tuma.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



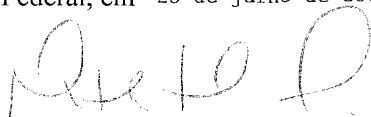
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4408 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.565/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARILDO ANTÔNIO AGNOLET** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gerson Camata.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



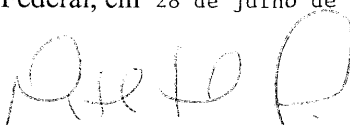
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4409 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.576/03-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IOLETE CORREIA ARANHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4410 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução n.º 07, de 2002,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2961, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2726, que exonerou o servidor **WASSIL CARRERO DE MELO JUNIOR** do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, no Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



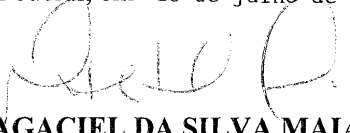
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4411 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.534/03-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **IZABELLE GALHENO PIERI**, matrícula n.º 34.517, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Leonel Pavan, a partir de 24 de julho de 2003.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



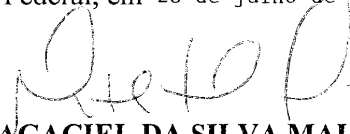
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4412 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.494/03-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROGÉRIO DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



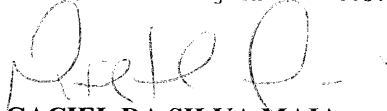
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4413, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.502/03-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS EDUARDO VIEIRA BOMTEMPO**, matrícula n.º 34.372, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, da Comissão de Legislação Participativa.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



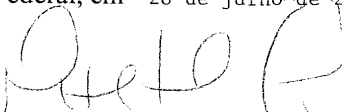
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4414 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.502/03-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCONI CARDOSO NESTOR PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Legislação Participativa.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.



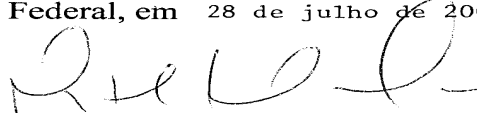
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4415 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.588/03-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CÉLIO CARLOS DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eurípedes Camargo.

Senado Federal, em 28 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52^a LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
GOIÁS		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
PARAÍBA		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	RORAIMA	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS

TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cludes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo ¹	GO	3148
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁵	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (aguardando definição)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽²⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽²⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (<i>aguardando definição</i>)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

Comissão Representativa do Congresso Nacional

Composição: 17 Deputados e 8 Senadores

Presidente: Senador José Sarney

Vice-Presidente: Deputado

Secretário:

Mandato: de 1º a 31 de julho de 2003

SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

MINORIA (PFL/PSDB)

Romeu Tuma-SP	1. Paulo Octávio-DF
Lúcia Vânia-GO	2. Leonel Pavan -SC

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL)

Eurípedes Camargo-DF	1. Eduardo Suplicy-SP
Ideli Salvatti-SC	2. Marcelo Crivella-RJ

PMDB

José Sarney-AP	1. Romero Jucá-RR
Renan Calheiros-AL	2. Luiz Otávio-PA

PDT

Jefferson Peres-AM	1. Almeida Lima-SE
--------------------	--------------------

PPS(*)

Mozarildo Calvanti-RR	1. Patrícia Saboya Gomes-CE
-----------------------	-----------------------------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PT

Carlito Merss-SC	1. Neyde Aparecida-GO
Maninha-DF	2. Rubens Otoni-GO
Wasny de Roure-DF	3. Virgílio Guimarães-MG

PFL

Fernando de Fabinho-BA	1. Gervásio Silva-SC
José Roberto Arruda-DF	2. Paes Landim-PI
José Thomaz Nonô-AL	3. Paulo Bauer-SC

PMDB

Paulo Lima-SP	1. Carlos Sampaio-SP
Pedro Novais-MA	2. Eduardo Paes-RJ

PSDB

Átila Lira-PI	1. Carlos Sampaio-SP
Júlio Redecker-RS	2. Eduardo Paes-RJ

PP

Márcio Reinaldo Moreira-MG	1. Roberto Balestra-GO
----------------------------	------------------------

PTB

Roberto Jefferson-RJ	1. José Carlos Martinez-PR
----------------------	----------------------------

PL

Bispo Rodrigues-RJ	1. Sandro Mabel-GO
--------------------	--------------------

PSB

Eduardo Campos-PE	1. Gonzaga Patriota-PE
-------------------	------------------------

PPS

Júlio Delgado-MG	1. Colbert Martins-BA
------------------	-----------------------

PDT

Severiano Alves-BA	1. VAGO
--------------------	---------

PC do B

Vanessa Grazziotin-AM	1. Renildo Calheiros-PE
-----------------------	-------------------------

(*) Resolução nº 2, de 2000-CN

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 76 PÁGINAS